

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR**  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E  
MEIO AMBIENTE - PGDRA

FOLHA DE APROVAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**FORTALEZA DO ABUNÃ A COMUNIDADE E O TURISMO**  
PERSPECTIVAS DE UM VILAREJO DIANTE DA ATIVIDADE TURÍSTICA E.  
A ALTERNATIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**BANCA EXAMINADORA**

Porto Velho, 14 de dezembro de 2006

---

Prof. Dr. Carlos Santos - Orientador

---

Prof. Dr. Vanderlei Maniesi

---

Prof. Dr. Manuel Antônio Valdés Borrero

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Agradeço à Universidade Federal de Rondônia - UNIR; aos Professores Doutores do Curso de Mestrado: Ene Glória da Silveira, Clodomir Santos Morais, Carlos Santos, Ari Gabriel Teixeira Ott, Mariângela Soares de Azevedo, Arneide Cemin, Nair Gurgel, Osmar Siena, Júlio Sancho Militão, Vanderlei Maniese, Manuel Valdés Borrero.

À Coordenadora do PGDRA, Prof<sup>a</sup>. Doutora: Walterlina Brasil.

À minha família, pelo incentivo permanente e apoio em todas as fases do Mestrado;

O apoio voluntário do historiador Luiz Antônio Froes e a gentil colaboração de Angelina Ferreira *expert* em informática.

Aos participantes da Oficina realizada em Fortaleza do Abunã que, além do comparecimento ao evento, colaboraram na realização da pesquisa sócio-econômica;

E aos colegas do Mestrado, os amigos e amigas que, direta ou indiretamente, somaram esforços ao êxito deste trabalho registro imensa gratidão.

Quando a capacidade criativa do homem se volta para a descoberta de suas potencialidades, e ele se empenha em enriquecer o universo que o gerou, produz-se o que chamamos *desenvolvimento*. Este somente se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na sociedade.

Celso Furtado

CORREIA. José de Anchieta Santos. **Fortaleza do Abunã - a comunidade e o turismo**. Perspectivas de um Vilarejo Diante da Atividade Turística e a Alternativa do Desenvolvimento Sustentável. Dissertação de Mestrado. 110 f. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho/RO. 2006.

## RESUMO

Fortaleza do Abunã é um vilarejo localizado no Distrito de mesmo nome, no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia. Como cenário encontra-se um vilarejo, que tem uma paisagem campestre no seu entorno, seguida de áreas destinadas à agropecuária, intercaladas por trechos remanescentes da floresta amazônica. Insere-se nesse ambiente uma comunidade com aproximadamente 380 habitantes, integrada por migrantes do próprio Estado e outras regiões do País. A população, na sua maioria, convive com suporte econômico incipiente e traços culturais heterogêneos. Esse quadro é enriquecido pela presença do Rio Abunã, onde se forma uma praia de areia branca no período da estiagem, tanto do lado brasileiro, como do lado boliviano. O problema ocorre quando a população recebe um vetor social e econômico a ela estranho, neste caso, o turismo. Os problemas e as soluções propostas foram apreciados numa Oficina de sensibilização comunitária realizada no próprio vilarejo, visto que a opção metodológica foi a da pesquisa-ação. No final são apresentadas sugestões para adoção de um modelo de convívio capaz de privilegiar a comunidade e os recursos naturais, se o turismo for explorado de forma sustentável.

**Palavras Chave:** Comunidade, turismo, vetor social, desenvolvimento sustentável

CORREIA. José de Anchieta Santos. **Fortaleza do Abunã - the community and the tourism.** Perspectives of a Villa in front of the Tourist Activity and the Option of the Sustainable Development. Master's Dissertation. 110 f. Federal University of Rondônia – UNIR. Porto Velho/RO. 2006.

## **ABSTRACT**

Fortaleza do Abunã it's a village located in the district with the same name, at Porto Velho in Rondônia State. As scenery finds a village that has a background, a rural landscape around following of the áreas destined to agrarian activities, intercalated by intervals of Amazonian forest. In this environment there is a community with about 380 inhabitants, in her majority formed by migrants from the own State and from the others places of the country. The big part of the population survives with incipient economic support and cultural heterogenic features. This scenery is enriched by the presence of the Abunã River, where forms itself a kind of beach with white sands, even in Brazilian side, as in Bolivian side. The problem occurs when the population receives a strange social vector for them, in this work, the tourist activity. The problems and the proposed suggestions were appreciated in a Workshop of community performed in the villa, since the option was research-action. On the conclusion, are showed suggestions for adopts a standard of conviviality able to privileges the community and the natural resources, if the tourist activity were explored by the sustainable way. The solutions are appreciated on the workshop done on the own village.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Relação Oferta, Demanda e Mercado.....	30
Figura 02 – Organograma do Sistema Municipal de Turismo .....	43
Figura 03 – Grupo de Moradores .....	48
Figura 04 – Mapa de Localização do Vilarejo.....	49
Figura 05 – Mapa da imagem vetorizada do espaço urbano em Fortaleza do Abunã .....	50
Figura 06 – Vista parcial da praia em Fortaleza do Abunã.....	56
Figura 07 – Participantes da Oficina de Sensibilização -1ª. Fase (09-06-2006)....	59
Figura 08 – Nível de Satisfação dos Habitantes.....	65
Figura 09 – Pretensão de mudança para outro local.....	65
Figura 10 – Possíveis locais para transferência .....	66
Figura 11 – Opinião sobre o Futuro do Vilarejo.....	66
Figura 12 – Opinião sobre o Festival de Praia .....	67
Figura 13 – Benefícios do Festival de Praia à Comunidade.....	67
Figura 14 – Registro de Imóveis.....	69
Figura 15 – Propriedade de Veículos .....	70
Figura 16 – Posse de Propriedades Rurais.....	70
Figura 17 – Adaptação da moradia para receber visitantes .....	73
Figura 18 – Instrumentos confeccionados com resíduos da floresta.....	75
Figura 19 – Vista parcial do casarão da família Alencar.....	77

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Países mais visitados.....	37
Tabela 2 – PRODETUR-NE Investimentos e Execução .....	40
Tabela 3 – Comparação das gestões municipais no segmento turístico.....	44
Tabela 4 – Categorias de Balneabilidade.....	55
Tabela 5 – Avaliação da qualidade da água no Rio Abunã.....	57
Tabela 6 – Profissões e Número de Profissionais.....	62
Tabela 07 – Rendimentos da População.....	64
Tabela 08 – Fortalezas – Aspectos Relevantes .....	78
Tabela 09 – Ambiente Externo – Gravidade.....	79
Tabela 10 – Ameaças.....	80
Tabela 11 – Oportunidades .....	80
Tabela 12 – Meios de hospedagem .....	82
Tabela 13 – Engajamento da comunidade no processo de desenvolvimento do turismo .....	87
Tabela 14 – Imagem da destinação turística.....	88
Tabela 15 – Gestão integrada das organizações de turismo .....	88
Tabela 16 – Infra-estrutura e serviços básicos necessários ao desenvolvimento do turismo.....	88
Tabela 17 – Melhoria da paisagem local e a conservação dos atrativos .....	89
Tabela 18 – Equipamentos e serviços turísticos .....	90

## **LISTA DE SIGLAS**

ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens  
ABRESI – Associação Brasileira de Entidades de Hospitalidade e Turismo  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
CAERD – Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia  
EMBRATUR – Instituto Brasileiro do Turismo  
FIERO – Federação das Indústrias do Estado de Rondônia  
GTZ – Deutsch Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (ZOPP)  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
MDRME – Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente  
MET – Ministério do Esporte e Turismo  
MICT – Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo  
MT – Ministério do Turismo  
PGDRA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional  
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEDAM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental  
SEMDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico  
SEMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente  
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
UNIR – Universidade Federal de Rondônia  
WTTC –World Travel Tourism Council

# SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
1.1 O Problema .....	13
1.2 Justificativa.....	13
1.3 Objetivos .....	14
1.3.1 Geral.....	14
1.3.2 Específicos .....	15
1.4 Metodologia.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	19
2.1 Ecoturismo .....	20
2.2 Impactos do Turismo .....	20
2.3 Impactos Sociais do Turismo .....	21
2.4 Impactos Culturais do Turismo .....	22
2.5 Impactos Ambientais .....	23
2.6 Como Minimizar os Impactos Ambientais do turismo .....	24
2.7 Turismo e Meio Ambiente – Princípios Gerais .....	25
2.8 Visitantes e Visitados .....	26
2.9 O Turismo como Indústria .....	27
2.10 Inclusão Social .....	27
2.11 Evolução do Turismo.....	28
2.11.1 Turismo – Fenômeno Sócio-econômico.....	28
2.11.2 Motivação às Viagens e a Demanda Turística .....	31
2.11.3 Dimensão Mundial do turismo .....	32
2.11.4 Dimensão nacional do turismo .....	35
2.11.5 Luz ao Fim do Túnel.....	38
2.11.6 Dimensão Regional e Estadual do turismo.....	39
2.11.7 Inserção Municipal do Turismo.....	42
2.11.8 Entraves Institucionais.....	43
3 O DISTRITO DE FORTALEZA DO ABUNÃ .....	47
3.1 Localização e Contextualização .....	47
3.2 A Comunidade.....	47
3.3 Vias de Acesso e Meios de Transporte .....	48
3.4 Visão Espacial.....	50
3.5 Aspectos urbanos e serviços públicos.....	51
3.6 Capacidade de Carga.....	53
3.7 Balneabilidade.....	54
4 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO.....	58
4.1 Pesquisa Sócio-econômica .....	59
4.2 Aspectos Demográficos.....	60
4.3 Aspectos Econômicos e Sociais.....	61
4.3.1 Profissões declaradas .....	61

4.3.2 Casa própria ou alugada .....	62
4.3.3 Tipo de moradia – aspectos construtivos .....	62
4.3.4 Número de dependências e condições de higiene das moradias .....	62
4.3.5 Estado civil .....	63
4.3.6 Renda da População .....	63
4.3.7 Renda futura.....	63
4.4 Questões Estratégicas .....	64
4.4.1 Opinião sobre a situação atual do vilarejo – nível de satisfação .....	65
4.4.2 Qualquer que seja a resposta anterior argüiu-se: pretende mudar-se? .....	65
4.4.3 Para onde pretende se transferir? .....	66
4.4.4 Qual a sua opinião sobre o futuro do Vilarrejo?.....	66
4.4.5 A Comunidade opina sobre o festival de praia .....	67
4.4.6 Registro de imóveis .....	69
4.4.7 Possui veículo? Novo ou usado? .....	70
4.4.8 Possui propriedade (s) rural (ais) ou sítio(s)?.....	70
4.4.9 Propriedades existem com mais de 150 ha.....	70
4.5 Produtos da Floresta .....	71
4.5.1 Produtos da floresta, obtidos por coleta .....	71
4.5.2 Produtos da pesca artesanal – espécies encontradas .....	72
4.5.3 Opções de produção alternativa.....	72
4.5.4 Gostaria de adaptar a sua casa para receber visitantes? .....	73
4.6 Projetos em Potencial.....	74
4.7 Retrospectiva Necessária.....	75
5 DIAGNÓSTICO, ESTRATÉGIA E DIRETRIZES .....	78
5.1. Oferta Turística Local. - Levantamento Sumário .....	80
5.1.1 Atrações - manifestações populares e religiosas .....	81
5.1.2 Atrativos naturais.....	81
5.1.3 Atrativos histórico/culturais.....	81
5.2 Equipamentos e Serviços.....	81
5.2.1 Meios de hospedagem .....	81
5.2.2 Alimentação.....	83
5.2.3 Esporte e entretenimento .....	83
5.3 Infra-estrutura de Apoio.....	83
5.3.1 Sistema de comunicação .....	83
5.3.2 Serviços urbanos.....	83
5.3.3 Segurança, saúde e educação.....	84
5.3.4 Transporte intermunicipal .....	84
5.4 Demanda Turística .....	84
5.4.1 Modalidades de turismo .....	84
5.4.2 Procedência do fluxo turístico .....	84
5.4.3 Periodicidade do fluxo .....	85
5.4.4 Demanda potencial para seguintes modalidades.....	85
5.5 Aspectos Complementares .....	85
5.6 Mão-de-obra – Capacitação e Aperfeiçoamento .....	85
5.7 Legislação .....	85
5.8 Estratégia Proposta .....	86
5.8.1 Turismo rural .....	86
5.8.2 Turismo de eventos (em andamento).....	87

5.9 Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável .....	87
5.9.1 Diretrizes para o desenvolvimento sustentável .....	87
6 CONCLUSÕES .....	91
6.1 Visão Estratégica.....	91
6.2 Soluções Imediatas .....	92
6.3 Balanço Necessário.....	93
6.3.1 Beneficiários.....	93
6.3.2 O setor público : investidor compulsório.....	93
6.3.3 Os ganhadores e perdedores.....	94
6.4 A Encruzilhada .....	94
6.5 Como Fazer Acontecer.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	97
Obras citadas .....	97
Obras Consultadas.....	99
ANEXOS .....	102
Anexo I Cronograma de Execução.....	103
Anexo II Pesquisa Social e Econômica – Formulário.....	104
Anexo III Avaliação da Oficina.....	106
Anexo IV Análise da Água.....	107

# 1 Introdução

O pensamento de Celso Furtado, em epígrafe, sintetiza os conhecimentos assimilados durante o Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIR, 2004/2006); enquanto a mesma idéia norteia a dissertação, onde se unem teoria e técnicas aplicadas, no escopo principal do desenvolvimento sustentável.

No sentido prático busca-se contribuir à observação e avaliação de acontecimentos vivenciados em Fortaleza do Abunã, quando a comunidade recebe um vetor social a ela estranho – o turismo. Ao mesmo tempo são oferecidas sugestões para solucionar os principais impactos socioeconômicos decorrentes dos mencionados acontecimentos e experiências.

Com este ânimo visualiza-se o ecossistema, no inter-relacionamento dos seus elementos básicos: a comunidade, o meio ambiente, o turismo, a iniciativa privada e o setor Público.

Como observação inicial constata-se que o vilarejo de Fortaleza do Abunã padece das deficiências estruturais comuns aos Distritos integrantes dos Municípios no Estado de Rondônia, principalmente a ausência de saneamento básico. Essa realidade é responsável pela baixa qualidade de vida da população, em particular aquela de menor renda.

Por esse motivo a promoção de eventos no vilarejo constitui motivo de permanente preocupação, diante da exigüidade dos equipamentos e serviços ao atendimento da crescente demanda, conforme se comprova no Capítulo 5: Diagnóstico.

Diversos aspectos da organização do Distrito entravam o desenvolvimento da comunidade, cujos habitantes se ressentem de oportunidades de trabalho e a

juventude começa a se ausentar, à procura de emprego ou continuação de estudos mais avançados.

A situação assume graves proporções no Festival de Praia. Este evento vem causando sérios prejuízos ao meio ambiente, devido ao uso inadequado dos recursos naturais, da operação turística tecnicamente inadequada e de repercussões sociais indesejáveis.

### **1.1 O problema**

As questões acima levantadas conduzem à visualização de um cenário, onde a comunidade, integrada por uma população procedente de origens diversas, apresentando traços culturais heterogêneos, recebe a atividade turística em dose massiva, à qual não está preparada social nem tecnicamente. Nesse ambiente encontra-se *o problema*, que se expressa em síntese:

Quais as conseqüências para a comunidade e ao ecossistema, resultantes da atividade turística desordenada, como vem acontecendo, no Distrito de Fortaleza do Abunã?

A questão formulada conduz a uma solução empírica. O produto turístico, usado de forma inadequada não tem condições de permanecer no mercado, podendo levar os recursos naturais ao esgotamento, pela deterioração.

Sem embargo, antes da aceitação desta premissa realizaram-se as pesquisas de campo e foram analisados os dados mediante metodologia apropriada, para comprovar as assertivas propostas. Concomitantemente foram encaminhadas sugestões pertinentes ao atendimento dos objetivos estabelecidos no início do trabalho.

### **1.2 Justificativa**

A argumentação que se segue *justifica* o presente estudo. Fortaleza do Abunã dispõe de uma riqueza cobiçada em todo o mundo: os recursos naturais, o convívio com a natureza e a hospitalidade dos habitantes. A paisagem, o Rio, a pesca e a pequena praia de areia branca que se forma na época da estiagem, de julho a novembro, representam um cenário imperdível ao lazer dos visitantes. Estes

atributos são insumos preciosos de um produto turístico que corre o risco de extinção, devido ao seu uso desordenado, predatório.

A atividade turística na sua expansão natural alcança o País vizinho, a Bolívia, localizada na outra margem do Rio Abunã, onde se forma uma praia mais extensa. Este aspecto remete o atrativo a uma consideração binacional, conveniente aos dois países, que poderão interagir em harmonia desejável.

Conforme pode ser observado pelos visitantes, o lado brasileiro sobressai economicamente, devido ao seu rápido crescimento e a relativa proximidade de duas capitais: Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). O território boliviano com população rarefeita tem a oferecer a conservação da floresta, ainda pouco explorada e a praia já mencionada. Todavia é preciso deixar claro que os planos e projetos deverão ser adequados às duas nações.

Nesse contexto encontram-se os insumos básicos à formação de um produto turístico, que vem sendo comercializado de forma inadequada, cuja deterioração se assiste inexoravelmente.

Acredita-se, portanto, que os resultados deste estudo poderão comover as lideranças políticas e empresariais, no sentido de que apressem medidas concretas capazes de assegurar melhores condições de vida aos habitantes do Distrito em análise.

### **1.3 Objetivos**

Os *objetivos* em seqüência alinhados compreendem propostas que, se executadas dentro das condições técnicas recomendadas, certamente resultarão em benefícios reais ao Distrito.

#### **1.3.1 Geral**

Avaliar os principais impactos da atividade turística em Fortaleza do Abunã, para propor um modelo de desenvolvimento comunitário sustentável, agregando o turismo como potencializador dos atributos sociais e econômicos do Distrito.

### 1.3.2 Específicos

- a) Conhecer as condições econômicas e sociais do vilarejo, a composição da oferta turística e o comportamento da demanda;
- b) calcular a capacidade de carga do local para suportar a demanda turística atual e o seu crescimento;
- c) obter dados, informações e a indicação de alternativas organizacionais para a formação de um novo produto turístico tecnicamente elaborado, com qualidade para competir no mercado;
- d) sugerir à população a criação de um Órgão tripartite, integrado pela Sociedade Civil, a Prefeitura e o Empresariado, para aglutinar as suas lideranças e operacionalizar a gestão dos seus interesses, afim de que a própria população possa beneficiar-se com o turismo em vez de ser por ele explorada.

### 1.4 Metodologia

Esta dissertação se constitui em um estudo de caso, onde também se utilizou recursos de pesquisa-ação, na forma conceituada por GIL (1991 p.121). Na seqüência descrevem-se os caminhos percorridos, com os seus desdobramentos pertinentes e resultados obtidos em quatro viagens ao local de estudo.

Foram realizadas quatro viagens à comunidade em estudo com os seguintes objetivos: prospecção e contato com lideranças locais; realização de Oficina de sensibilização e mobilização, adotando metodologia do PNMT/ZOOP<sup>1</sup> e pesquisa socioeconômica; apreciação do Relatório da Oficina e respectivas previsões; propostas de Diretrizes para o desenvolvimento do Distrito; coleta de amostras da água do Rio Abunã para análise bacteriológica.

Foi relevante a revisão da literatura adotada nas aulas do mestrado, merecendo referência às disciplinas relacionadas com o problema identificado neste estudo. Enquanto isso se empreendeu detida leitura das obras utilizadas no referencial teórico já mencionado e na Bibliografia, onde se destacam: os documentos Oficiais, como o Plano Nacional de Turismo (Brasil, 2003), o Plano

---

<sup>1</sup> PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo; Metodologia ZOOP, – Método criado pelo Ministério do Planejamento alemão, transferido à EMBRATUR, Brasília, 1993.

Estadual de Turismo (2003), a Oficina do PNMT - Porto Velho (3ª Fase), 2003 e o Relatório da Oficina Municipal do Turismo (2005). Há que se mencionar, também, a Oficina – Educação Ambiental e Desenvolvimento do Turismo Sustentável, realizada em Fortaleza do Abunã, no período de 09 a 11 de junho, 2003 (1ª. Fase) e 04 a 5/10/2006 (2ª. Fase), onde foram obtidas informações decisivas ao respaldo das afirmações e experiências vivenciadas. Outra fonte permanece como referência atual e a estudos posteriores. Trata-se do relatório de Avaliação do Impacto Ambiental – AIA, elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMMA. Esse documento, além das informações específicas ao meio ambiente, complementa os dados geográficos sobre o solo, o clima e os aspectos hidrográficos.

A pesquisa concentrou-se no espaço geográfico e na população nele inserida, conforme anteriormente delineado. Nesse cenário desenvolveram-se os trabalhos de prospecção social e econômica, iniciando-se na sua forma exploratória, (GIL, 1989 p.45) e etnográfica. Seguiu-se o processo descritivo igualmente necessário ao conhecimento e apresentação dos fatos, abrangendo espaço, meio ambiente, comunidade.

Conforme previsto nos Objetivos específicos, múltiplos alvos deveriam ser alcançados pelas ações empreendidas. Com este ânimo adotou-se a iniciativa pioneira de realizar uma Oficina, empregando a metodologia do PNMT/ZOOP (adaptada ao local), cujo projeto foi previamente aprovado pelo Colegiado do PGDRA. Este atribuiu pleno apoio à iniciativa que, além da pesquisa de campo (levantamento sócio-econômico), ensejou a oportunidade de transferir conhecimentos aos participantes, para que estes tivessem condições de passar a analisar e decidir os seus próprios problemas e interesses.

Para melhor entendimento transcreve-se o Objetivo da referida Oficina, previsto no projeto aprovado pela Coordenação do Mestrado, onde se constata a sintonia com as necessidades desta Dissertação, (Correia, 2006, p.5):

**Objetivo Síntese** - Desenvolver um projeto piloto, visando a mobilização e a capacitação comunitária e iniciar um processo de articulação para a defesa dos seus interesses, em especial os problemas, relacionados com o meio ambiente e à atividade turística, como contribuição de alunos do mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIR.

**Objetivos Específicos** - a) Realizar Oficinas de sensibilização, mobilização, planejamento e educação ambiental, para dotar a população de instrumentos organizacionais adequados ao seu desenvolvimento

participativo e sustentável; b) Capacitar 25 (vinte e cinco) agentes comunitários, em iniciação ao turismo ambiental.

O citado evento e seus resultados se traduziram no Relatório entregue à Coordenação do Mestrado, incluindo os dados do levantamento sócio-econômico. O mestrando, autor desta Dissertação, é Facilitador credenciado pelo Programa Nacional da Municipalização do Turismo PNMT, havendo dirigido as Oficinas mencionadas.

Há que se registrar, também, a participação do Professor Orientador às duas fases em que transcorreram esses eventos, colaborando para o êxito alcançado. Deve-se entender, ainda, que a simples realização da Oficina não significa que os problemas identificados serão prontamente solucionados. As sugestões apresentadas deverão ser trabalhadas e gradativamente assimiladas pela comunidade. Tudo dependerá, portanto, da adesão dos demais habitantes da localidade e do permanente apoio das autoridades competentes.

Outro resultado das Oficinas foi a colaboração dos pesquisadores voluntários para auxiliar na coleta dos dados, cujo treinamento ocorreu durante o evento. Esse procedimento permitiu a interação eficiente com a comunidade, prevenindo conflitos ou a geração de expectativas fora do alvo do estudo. De outro lado iniciou-se com os participantes da Oficina, a organização de um grupo de pessoas interessadas nos problemas locais, dispostas a estudar e assimilar novos conhecimentos, que lhes poderão ser úteis em benefício próprio e da comunidade a que pertencem. São candidatos naturais a um Curso de Guias locais e outras oportunidades de trabalho, que venham a ser viabilizadas. Os depoimentos dos participantes da Oficina (Anexo III) demonstram o quanto foi útil à realização do evento.

Delineia-se em seqüência a estrutura da Dissertação, organizada em seis Capítulos, onde se inclui a Introdução, seguida de seis Capítulos, sumariamente descritos: Capítulo 2. Referencial Teórico – apresenta a fundamentação científica e ideológica que norteia o estudo, evolução do turismo, compreendendo a conceituação do turismo como fenômeno sócio-econômico, a sua evolução e inserção na economia mundial, justificando-se essa abordagem pela oportunidade de entender a utilização da atividade turística como fator de desenvolvimento; Capítulo 3. O Distrito de Fortaleza do Abunã – compreende a contextualização do espaço geográfico, as suas peculiaridades e a comunidade nele inserida; Capítulo 4. Perfil Sócio-econômico – ordena e analisa os resultados da pesquisa de campo,

interpretando os dados obtidos; Capítulo 5. Diagnóstico, Estratégia e Diretrizes – interpreta dados da Oficina de sensibilização, formula estratégia e registra as idéias dos participantes da Oficina referida, mediante sugestão de ações a realizar, para promover desenvolvimento da localidade; Capítulo 6. Conclusão - No último Capítulo encerra-se o trabalho resumindo-se as observações empreendidas, reiterando as principais sugestões e recomendações à solução do problema identificado.

## 2 Referencial Teórico

As leituras empreendidas conduziram os objetivos propostos neste trabalho a incorporar uma posição ideológica, na consideração da atividade turística, como vetor-insumo para o desenvolvimento sustentável. Com este propósito foram selecionados autores, cuja representatividade é reconhecida nos meios científicos e as suas opiniões coincidentes com as idéias do mestrando.

De acordo com essa visão tomou-se de início o pensamento de Maria das Graças de M. V. Paiva no seu livro, *Sociologia do Turismo*. Ela traduz com precisão a orientação geral, que se pretende adotar à linha de estudo e da pesquisa deste trabalho, (Paiva, 1997).

Os resultados práticos do desenvolvimento do turismo não implicam apenas questões econômicas, mas umas séries de outros fatores que comprovam suas várias dimensões sejam sociais, políticas, culturais ou psicológicas. Sempre analisado sob o ponto de vista operacional, o turismo tem sido pouco estudado sob uma perspectiva crítica, sobretudo no que se refere ao seu comprometimento com o capitalismo. Assim, mudanças sociais e a construção de uma sociedade mais justa requerem basicamente o resgate do verdadeiro significado do turismo. Esta é a proposta desta obra que possibilita ao leitor, uma reflexão crítica e abrangente do processo de desenvolvimento do sistema turístico.

Aceita a conceituação da autora há de se entender a seriedade e, por que não dizer, o ineditismo, no Estado de Rondônia, do projeto que se inicia. Esta afirmação decorre do fato de que, na maioria dos estudos que se realizam para planejamento do turismo, observa-se nitidamente a predominância utilitarista, em que a economia se sobrepõe aos interesses sociais.

Oportuno se faz também lembrar os aspectos relevantes no campo do Direito, começando pelos legisladores, que em época pretérita já demonstravam preocupação às questões da valorização do patrimônio natural e paisagístico. A Lei nº. 6513 de 20 de dezembro, 1977, preconiza:

Art. 1º - Consideram-se de interesse turístico as Áreas Especiais e os locais instituídos na forma da presente Lei, assim como os bens de valor cultural, protegidos por legislação específica e especificamente: I – os bens de valor histórico, arqueológico ou pré-histórico; II - as reservas e estações ecológicas; III – as áreas destinadas à proteção de recursos naturais renováveis; IV – as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorrem; V – as paisagens notáveis.

Art. 2º - poderão ser instituídos, na forma e para os fins desta Lei: I – Áreas Especiais de interesse turístico; II Locais de interesse turístico. (Regueira , 1987, p. 186).

Logo depois a Constituição Federal de 1988 oferece ampla acolhida ao tema turismo, conforme transcrição do Art.180:

A União, os Estados e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. E nos itens VII e VIII do Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

## 2.1 O ecoturismo

Por outro lado, como estratégia de ação proposta, o ecoturismo foi a sugestão natural, para compensar o modelo de turismo de eventos, aplicado em Fortaleza do Abunã. Assim, enquanto se espera poder melhor ordenar a forma atual da atividade turística há que se oferecer alternativas eficientes, capazes de, gradativamente, modificar o quadro da localidade analisada. O *ecoturismo* tem esse mérito. É inovador e proporciona elevado aproveitamento econômico, com reduzido impacto ambiental. Ademais, está perfeitamente definido pelos Órgãos Oficiais de controle do Meio Ambiente. Do Manual do Ministério do Meio Ambiente, elaborado em parceria com a EMBRATUR, transcreve-se com oportunidade a definição:

ECOTURISMO. Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas'. (Brasil, Governo, Diretrizes de ECOTURISMO 1994, p.19).

Após essa referência legal sumária visualizam-se os aspectos operacionais do turismo, para completar o embasamento teórico do presente estudo.

## 2.2 Impactos do turismo

É válido considerar alguns aspectos pertinentes aos impactos provocados pelo turismo, para que se possa, desde já, justificar os parâmetros utilizados no

presente estudo. O cuidado aqui observado é importante para não invalidar a análise a ser feita. Essa preocupação revela-se no que afirma Ruschmann (1997, p. 34):

Os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural.

### 2.3 Impactos sociais do turismo

Até então os impactos estudados relacionaram-se com as questões geofísicas. Mas a atividade turística provoca também impactos sociais. Ainda da obra de Ruschmann tem-se uma previsão sobre as expectativas das comunidades, quando se intensifica a atividade turística. MATHIESON e WELL, *apud* RUSCHMANN (1997, p.46) identificam cinco estágios decorrentes do relacionamento de uma população receptora com a atividade turística, no caso dos impactos sociais:

1°- *Euforia*, quando as pessoas vibram com o desenvolvimento do turismo.

2°- *Apatia*, na medida em que a atividade cresce e se consolida, a população receptora considera a rentabilidade do setor como garantia, e o turista é considerado meio para a obtenção de lucro

3°- *Irritação* se manifesta à medida que o turismo começa a atingir níveis de saturação ou o local já não consegue atender às exigências da demanda.;

4°- *Antagonismo*, à medida que os moradores não disfarçam sua irritação e responsabilizam os turistas por seus males e pelos problemas da localidade. O respeito mútuo e a polidez desaparecem, o turista passa a ser hostilizado pela população receptora;

5°- *Arrependimento* ocorre quando a população se conscientiza de que ,na ânsia de obter vantagens do turismo, não considerou as mudanças que estavam acontecendo e nem pensou em impedi-las. Conviverá com o fato de que seu ecossistema nunca será o mesmo que era antes do advento do turismo.

As previsões acima são contundentes, mas deverão ser encaradas, quando o planejamento abranger recomendações às comunidades envolvidas. Vislumbra-se exatamente o vilarejo aqui estudado. Pode-se afirmar que a situação está chegando ao segundo nível. Essa avaliação torna-se mais nítida quando for analisado o perfil sócio econômico da localidade.

## 2.4 Os impactos culturais do turismo

Ainda Ruschmann (1997) ressalta que é impossível desconsiderar a cultura de um povo como uma das mais importantes motivações às viagens turísticas, sendo oportuno acrescentar o que afirma Singer, *apud* Ruschmann (1997, p. 50), ao conceituar a cultura de um povo como:

[...] os padrões explícitos ou implícitos do comportamento, adquiridos ou transmitidos por símbolos, que constituem o patrimônio de grupos humanos, inclusive sua materialização em artefatos. O aspecto mais importante de uma cultura reside nas idéias tradicionais - de origem e seleção histórica - e, principalmente, no de significado.

O impacto cultural é geralmente ignorado nas ações de planejamento, por desconhecimento da sua existência ou da sua importância na organização de sociedades de menor porte e fragilidade social.

A mesma autora estuda também os aspectos positivos e negativos do turismo, pertinentes à cultura local, relacionando:

### Impactos culturais favoráveis

*Valorização do artesanato* – citam-se exemplos dessa atividade, que tem gerado expressivo aproveitamento de mão-de-obra, como no Nordeste brasileiro, a cerâmica Marajoara no Pará, a confecção de bio-jóias no Amazonas e em Rondônia, cujo crescimento decorre da expansão do turismo;

*Valorização da herança cultural* – a influência do turismo é inequívoca neste particular e Rondônia possui ícones importantes, como a Festa do Divino, evento binacional que acontece no Vale do Guaporé há mais de 90 anos. Cabe referência, para melhor exemplificar – o Círio de Nazaré em Belém do Pará e a Paixão de Cristo em Nova Jerusalém em Pernambuco.

*Orgulho étnico* – ressalta-se o evento Oktoberfest, em Santa Catarina, seguindo-se as tradições dos afro-descendentes na Bahia e no Maranhão, entre outros.

*Valorização e preservação do patrimônio histórico* – neste particular o acervo brasileiro é vasto, sendo válido lembrar as ocorrências, desde o Rio Grande do Sul, passando por todo o Nordeste, chegando a Rondônia com a Estrada de Ferro Madeira Mamoré, o Real Forte Príncipe da Beira e tantos outros.

### Impactos culturais desfavoráveis

*Descaracterização do artesanato* - A produção de artesanato, voltada unicamente para o consumo dos turistas - como *souvenirs* - descaracteriza sua função original utilitária dos objetos, para transformá-los em itens de decoração.

*Vulgarização das manifestações tradicionais* - As ações mercadológicas do turismo geralmente apresentam aos turistas dos países desenvolvidos cenas e manifestações culturais dos países em desenvolvimento de forma inexata e romantizada, contribuindo para a criação de uma imagem simplista e estereotipada.

*Arrogância cultural* – O folclore e outras manifestações culturais dos povos visitados são geralmente apresentados aos turistas em salões especiais, com ar-condicionado e poltronas confortáveis, para evitar o contato direto do turista com os nativos, transformando-os em objetos de observação.

*Destruição do patrimônio histórico* - O acesso de turistas em massa pode comprometer as estruturas de bens históricos, devido à circulação excessiva de veículos e ações predatórias dos próprios turistas, nem sempre controláveis.

Ao observar o relato acima despreende-se que a cada fator positivo da atividade turística corresponde uma face negativa. Essa visão decorre exatamente da forma pela qual a atividade é praticada ou aproveitada. O desenvolvimento sustentável do turismo será encontrado, quando for possível aos aspectos positivos superar as eventuais conseqüências negativas.

## 2.5 Impactos ambientais do turismo

Ao continuar com a obra de Ruschmann (1997) há que se anotar a afirmação dela, quando diz que nem sempre a atividade turística é predatória. Em geral as mudanças sociais e econômicas provocam conflitos no comportamento do homem com o seu *habitat*. Enquanto isso: “O vazamento de óleo de um navio no mar provoca mais danos à natureza do que milhares de turistas nas praias em um fim de semana (Ruschmann, 1997 p.56)”.

A autora apresenta, ainda, os impactos positivos e negativos ao meio ambiente, que se transcrevem em razão da sua clareza objetiva:

### Impactos ambientais positivos

- Recuperação psicofísica dos indivíduos;
- Utilização mais racional dos espaços e valorização do convívio direto com a natureza;
- Criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e, ainda, de monumentos históricos;
- Empreendedores turísticos investem em iniciativas preservacionistas, para manter a qualidade e conseqüente atratividade dos recursos naturais e socioculturais.
- Promove-se a descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões não valorizadas, a fim de desenvolver o seu conhecimento por meio de programas especiais (ecoturismo).
- A renda dessa atividade, tanto indireta (impostos) quanto direta (taxas, ingressos), proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas.

### Impactos ambientais negativos

- Turismo implica na ocupação e na destruição de áreas naturais que se tornam urbanizadas e poluídas pela presença e pelo tráfego intenso de turistas;

- Poluição visual provocada pela construção de equipamentos turísticos modifica o meio, descaracterizando a paisagem;
- Poluição do ar, provocadas pelos motores, produção e consumo de energia;
- Poluição da água provocada por: descarga de águas servidas *in natura*, falta ou mau funcionamento dos sistemas de tratamento; descargas de esgotos de iates de recreio, gases emitidos por barcos a motor;
- Poluição sonora;
- Destruição da fauna e da flora; etc.

## 2.6 Como minimizar os impactos ambientais do turismo

Ruschmann (1997, p.73-75) prevê procedimentos para minimizar os efeitos negativos do turismo sobre o meio ambiente e o comportamento humano, destacando, alinhando recomendações, cujo conhecimento e prática devem acompanhar as ações de planejamento, particularmente do setor público:

### *Na implantação/operação de equipamentos turísticos:*

- Identificar e minimizar os problemas ambientais originários da operação dos equipamentos, concentrando as atenções nos novos projetos;
- Cuidar dos impactos ambientais resultantes da arquitetura, planejamento, construção e operação dos equipamentos turísticos;
- Zelar pela preservação ambiental de áreas protegidas ou ameaçadas, de espécies de fauna e flora, de paisagens;
- Praticar a economia no consumo de energia;
- Reduzir e reciclar o lixo;
- Controlar o consumo de água fresca e tratar as águas servidas;
- Controlar e diminuir a emissão de gases e outros poluentes;
- Controlar, reduzir e eliminar os produtos nocivos ao meio ambiente natural, como inseticidas, pesticidas, corrosivos tóxicos ou materiais inflamáveis;
- Respeitar e proteger objetos e sítios históricos e religiosos;
- Respeitar os interesses da população local, incluindo suas tradições, sua cultura e seu desenvolvimento futuro;
- Considerar os aspectos ambientais como fatores fundamentais na capacidade de desenvolvimento de destinações turísticas.

### *Soluções comportamentais para a proteção do meio ambiente:*

Essas soluções buscam identificar as condições sob as quais os agentes individuais do desenvolvimento restringem voluntariamente o uso dos bens públicos, sem coações ou obrigações externas, controlando seus ímpetos desenvolvimentistas. Essas soluções envolvem valores sociais, tais como o altruísmo, a confiança, a consciência, as normas coletivistas, a responsabilidade social, a informação e a comunicação. A chave para a mudança comportamental reside na disseminação de novos conhecimentos e idéias através da educação;

No contexto turístico, essa disseminação se torna difícil pois apresenta uma série de circunstâncias específicas. Ela engloba uma série de diferentes empresas, organizações e indivíduos, dos quais oferecem inúmeros produtos tangíveis e intangíveis ao mercado. Uma das maiores barreiras para a contenção ou a restrição voluntária da implementação de equipamentos e atividades turísticas que provocam danos ao meio ambiente está no medo de os empresários parecerem idiotas, nos interesses

individuais e na desconfiança. Eles, por fazerem um sacrifício individual, serão considerados empresários simplórios e serão ridicularizados pelos seus atos. Demonstrar aos agentes de desenvolvimento turístico os efeitos econômicos de uma postura empresarial oportunista e de visão a curto prazo é uma das formas de estimular a participação voluntária dos mesmos.

## 2.7 Turismo e meio ambiente - princípios gerais

Invoca-se novamente Ruschmann (1997, p.65-68), pela sua precisão, no Estudo citado, registrando-se os Princípios Gerais a observar, na exploração da atividade turística:

**a)** Garantir o equilíbrio entre proteção ambiental e programação de equipamentos turísticos constitui atualmente uma necessidade imperativa.

É difícil de se colocar em prática este princípio. Um dos motivos decorre do fato de que os agentes do desenvolvimento turístico não são os mesmos que os envolvidos com a proteção ambiental. Torna-se então necessário estimular o diálogo entre os profissionais das duas áreas, para que se desfça o estereótipo de que os profissionais do turismo poluem e destroem a natureza, e os ambientalistas são doces visionários.

**b)** Não existe um turismo "bom" ou "mau", ou um que respeita o meio ambiente e outro que o destrói. Pensar assim pode levar a erros a médio ou a longo prazo, pois nenhum tipo de turismo é capaz de não agredir o meio ambiente. A atividade turística, ao mesmo tempo em que gera enormes riquezas, constitui uma força de agressão à natureza, às culturas, aos territórios e às sociedades. Logo, não se pode negligenciar o caráter agressor de todos os tipos de turismo e deve-se compreender aqueles que se apresentam como respeitadores do meio ambiente. As diversas novas alternativas de turismo, mesmo aquelas com estreito relacionamento com a natureza, podem tornar-se tão danosas como as outras, pois envolvem um número grande de pessoas que visitam os meios frágeis. O turismo de massa é o tipo de atividade que mais agride o meio ambiente, pois concentra um excessivo número de turistas em localidades restritas. Ele funciona como protetor de outros meios ao concentrar-se em localidades específicas.

**c)** É preciso ter cautela com as afirmações muito generalizadas. A atividade turística constitui um conjunto de equipamentos diversificados de empresas e práticas, cujos impactos sobre o meio ambiente diferem qualitativa e quantitativamente. Assim, devem ser avaliados singularmente. Não se pode raciocinar genericamente, pois os problemas de uma área turisticamente saturada são diferentes daqueles de áreas virgens.

**d)** Evitar as perigosas políticas do "tudo" ou "nada". Estas políticas do *tudo* ou *nada* caracterizam os sistemas rígidos e bloqueados, como os parques nacionais ou as estações ecológicas. Nos casos em que tudo é permitido ou tudo é proibido estimulam-se abusos em certos espaços e comportamentos excessivamente conservadores em outros;

**e)** A consideração da qualidade do meio ambiente passa a constituir-se num critério essencial para a definição de um turismo qualitativo que, entretanto, apresenta certos custos.

Este princípio se choca com diferente temporalidade do produto turístico, cuja rentabilidade é apreciada a curto e médio prazo e a proteção

ambiental é avaliada a longo prazo. A consideração do custo da qualidade deve partir da concepção do produto e estruturar-se nas características da região turística. Estas propostas devem partir da conscientização dos produtores turísticos e basear-se na existência de estruturas legais em diversos níveis. Deverão ser aplicadas em regiões turísticas, nas comunidades desigualmente dotadas de recursos turísticos e dentro das localidades turísticas para que, todos os que vivem do turismo suportem os custos resultantes da qualidade do produto.

f) Apesar de os turistas dos países ricos começarem a ser sensibilizados para a proteção da natureza, continua-se, em nome dela, a devastar as localidades turísticas das nações mais pobres.

O meio ambiente não possui fronteiras e os turistas sentem-se incomodados pelas suas barreiras, tanto as nacionais quanto as comunitárias. A elevação dos custos de certas localidades turísticas, devida a investimentos na qualidade do produto, leva as camadas sócio-econômicas menos favorecidas a procurarem novas localidades para viajarem nas férias, passando a agredir os meios visitados. Deve-se incentivar um novo relacionamento entre o turismo e o meio ambiente, pois o lazer, o turismo e as férias são importantes para a recuperação psicofísica dos indivíduos e proporcionam a oportunidade de reconciliar o homem com o seu meio e de contestar os círculos viciosos e os efeitos perversos dos movimentos turísticos.

O enunciado transcrito tornou-se imprescindível por que se constitui em verdadeiro manual de orientação para o planejamento sustentável, aumentando a utilidade deste trabalho.

## 2.8 Visitantes e visitados

Na mesma linha de pensamento há que se acompanhar as idéias de Krippendorff (2001), quando no seu livro – Sociologia do Turismo, faz minuciosa apreciação sobre o fluxo turístico, relacionando a presença dos *visitantes* com os *visitados*. Demonstra que estes (os visitados) começam a sentir verdadeira intolerância ao turismo, decorrente da massificação do produto, em razão do crescente volume predominantemente argentário. Ainda no livro mencionado Krippendorff propõe a vivência de um turismo *suave e humanizado*, sugerindo um elenco de recomendações que ele chama - *Da Filosofia das Estratégias*, cuja execução segue uma seqüência de 23 itens. Entende-se que os parâmetros propostos devidamente adequados a cada situação devem constituir orientação fundamental a qualquer Plano de Desenvolvimento Turístico. Novamente o mesmo autor (Krippendorff, 2004, p. 43), em artigo inserido na Coletânea - Um novo Turismo é Possível, critica fortemente o turismo na forma como ainda vem sendo praticado na

atualidade e lança novos Princípios para nortear o melhor aproveitamento da atividade.

## 2.9 O turismo como indústria

Para complementar as razões apresentadas faz-se oportuno citar tópicos do Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, quando da Conferência sobre Desenvolvimento do Turismo, realizada no Recife (PE), julho, 1993 e da qual o mestrando teve oportunidade de participar de todos os seus momentos. O Turismo como Indústria (BID, 1993):

**O turismo**, de indústria relativamente obscura nos anos 50, passou a ser uma das maiores atividades comerciais do mundo. Em 1990, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), as viagens internacionais geraram receita superior a US\$ 2,5 trilhões; **Tendências do Turismo Mundial**. Atualmente, o turismo tende a passar das visitas em massa a locais turísticos desenvolvidos para as visitas individuais e independentes a lugares remotos; **A Criação de uma Infra-estrutura**. Para ser sustentável e bem sucedido, o turismo deve melhorar a vida da população local, proteger o meio ambiente e oferecer um futuro melhor. Se o turismo consistir em salários baixos, trabalho braçal, redução de padrões e prejuízo à agricultura NÃO será um bom investimento (BID 1993, p. 5/9); **A Amazônia**. É considerada como o sistema ecológico mais rico e diversificado do mundo. Contem aproximadamente 20% de todas as plantas mais desenvolvidas, espécies de pássaros e 10% dos mamíferos do mundo. A importância da Amazônia é difícil demonstrar num só relatório e aumentará ainda mais como destino do turismo nos próximos anos (BID 1993, P. 16).

## 2.10 Inclusão social

Esta exposição estaria incompleta se fosse olvidado um dos mais recentes atributos identificados na atividade turística: a inclusão social. Para corroborar essa afirmação nada melhor do que conhecer o depoimento da Prof<sup>a</sup>. Maria das Graças Rua da Faculdade de Estudos Aplicados da Universidade de Brasília, em entrevista concedida ao COEP - Comitê de Entidades no Combate a Fome pela Vida, quando argüida: *“de que modo, o turismo pode contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a inclusão social?”*

De R: O Turismo pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento sustentável e para a inclusão social porque agrega um conjunto de dimensões favoráveis à solidariedade e à integração social. Em primeiro lugar, porque o Turismo opera pela ruptura do isolamento, provocando o contato entre diferentes culturas e ocasionando interações de múltiplos e variados atores. Com isso, propicia o conhecimento e a valorização de determinados ambientes e comunidades, estimulando o respeito e o interesse pela sua preservação. Em segundo lugar, o conhecimento oportunizado caracteriza-se como essencialmente prazeroso, de maneira que as interações se dão em um clima de reduzida tensão, favorecendo o entendimento entre os atores. Finalmente, o Turismo exibe forte potencial de criação e ampliação de oportunidades de trabalho e geração de renda. O amplo leque de atividades aberto pelo Turismo permite acolher trabalhadores com diferenciados padrões e patamares de desenvolvimento, o que contribui para a redução dos conflitos pelo ângulo da oferta. Essa tendência inclusiva é fortalecida pelo fato de que a cadeia produtiva do Turismo é intensiva em mão-de-obra.

Diante dos fatos alinhados resta aos atores envolvidos – Governos, empresariado e, principalmente a comunidade, enfrentarem a realidade, planejando cientificamente o desenvolvimento da atividade turística, para que seja possível alcançar o benefício comum.

## **2.11 Evolução do turismo**

Focaliza-se a atividade turística no seu relacionamento com a população, evitando-se que o turismo seja encarado como salvador ou vilão, nas diversas formas em que se apresenta. Da mesma forma não se pretende apontar o turismo como instrumento único ou panacéia milagrosa capaz de promover o desenvolvimento local. Em verdade espera-se com o turismo corretamente explorado, valorizar os insumos que integram o produto em estudo.

### **2.11.1 Turismo – fenômeno sócio-econômico**

Ao ser analisado o relacionamento da atividade turística com a comunidade considerou-se oportuno proceder de imediato uma abordagem conceitual, embora sumária, sobre a atividade turística e a motivação às viagens. Adiante se apresenta a inserção da atividade turística nos âmbitos mundial, regional, estadual e local. Com este procedimento admite-se a expectativa de aproximar, tanto quanto possível, os leitores da realidade estudada.

Entra-se justamente na consideração da atividade turística como um fenômeno social e econômico, em vista das repercussões provocadas pela sua presença nas comunidades onde acontece. Com este propósito citam-se três definições para conceituar a atividade, visando conduzir o leitor à compreensão do fenômeno estudado. Facilita-se o entendimento sem pretender esgotar o tema, em vista da sua amplitude.

Para iniciar menciona-se Wahab, que chama a sua formulação de nova definição da atividade turística, expressando-se:

O turismo é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográfico dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando a satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada (Wahab, 1977, p. 26).

Enquanto isso Walter Hunzinger e Kurt Krapf, ambos da Associação Internacional de Especialistas na Ciência do Turismo – AIEST, *apud* Fuster definem:

Turismo é o conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do local de seu domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa.

E a Liga das Nações, *apud* Wahab (1977, P. 24) registra: “O termo turista deve, em princípio, ser interpretado como qualquer pessoa que viaje por um período de 24 horas ou mais em um país que não seja o de sua residência”.

Tem-se, então, uma visão genérica da atividade com os dois primeiros enunciados. No terceiro conceito há uma versão particularizada, que atende à consideração de interesse estatístico, quando permite estabelecer uma unidade de permanência do turista em determinada destinação.

Entende-se, assim, a conceituação que diferencia o *turista* do *excursionista*. Este último sendo aquele indivíduo que visita uma localidade fora do seu “hábitat” ou local de hospedagem sem, todavia, pernoitar no ambiente visitado.

E, ao entender que as viagens são colocadas no mercado de forma semelhante a qualquer produto industrial, chega-se ao conceito de produto turístico. Este nada mais é do que um ente abstrato, integrado pelos Equipamentos e

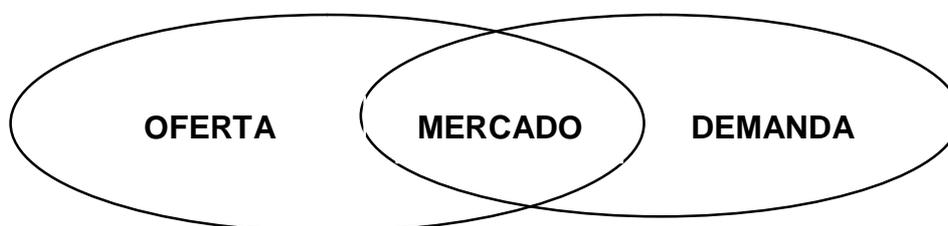
Serviços, a Infra-estrutura de Apoio, somados ao insumo fundamental da atividade: a Atração turística.

Por isso é válido lembrar o conceito de produto turístico, para se ter uma idéia dos seus componentes, que interagem de forma inseparável. Conforme Correia (2002, p.15).

[...] entende-se por produto turístico, modernamente, um conjunto de elementos técnicos distintos, organizados em três categorias – atração turística, equipamentos & Serviços e infra-estrutura de apoio, empregados na indução, acolhida, entretenimento e deslocamento de pessoas (visitantes), com finalidades e interesses diversos.

O interesse dos visitantes, mencionado pelo referido autor, remete-se à fruição dos tempos livres, criados pela legislação social vigente na grande maioria das nações. Com efeito, todo um relacionamento deve ocorrer harmoniosamente entre as diversas modalidades em que se manifesta a atividade turística, dinamizada no processo mercantil, conforme descreve Correia (2006, p. 53). De um lado a oferta turística, e do outro, a demanda, cuja intersecção vai formar o mercado consumidor.

A seguir tem-se uma visão esquemática do enunciado acima:



**Figura 01 – Relação oferta demanda e mercado**

Fonte: Correia (2002, p. 53).

A este sistema deve comparecer o poder público com a sua ação reguladora, para que sejam preservados os atributos dos recursos naturais, da cultura e a imprescindível qualidade da oferta. Todavia a articulação entre os órgãos governamentais, o setor privado e a comunidade deixa muito a desejar, atrasando o aperfeiçoamento do almejado produto turístico. Este aspecto da questão evidencia um dos grandes problemas do País: as Políticas Públicas existem porem, apresentam condições muito burocráticas e difícil aplicação. Os Planos e Programas, aparentemente, são elaborados, para outro tipo de população.

É lamentável, também, se tomar conhecimento de que uma atividade tão nobre como o turismo esteja sendo aviltada, pela utilização abusiva, num espaço geográfico valioso. Há informações de técnicos da antiga Secretaria Municipal de Cultura e Esporte – SEMCE (sucedida recentemente pela Secretaria Municipal de desenvolvimento Sócio-econômico), que nos dias do Festival de Praia a população cresce de 380 para 8 mil pessoas (Silva e Grudzin, 2002), durante uma única semana. Sem duvidar do documento mencionado recomenda-se a realização de pesquisas específicas no citado evento, para aferir e comprovar com exatidão os dados mencionados, detectados empiricamente. Lamenta-se que o presente estudo não tenha contado com recursos para avaliar com mais precisão os detalhes técnicos dessa situação. É uma dura realidade a ser enfrentada, que requer estudos acurados e um forte movimento da opinião pública.

### **2.11.2 Motivação às viagens e a demanda turística**

Da mesma forma que houve a preocupação em conceituar a atividade turística trata-se, também, de rever os principais aspectos motivadores das viagens de interesse turístico. Toda essa preparação certamente ajudará a análise do tema da presente dissertação.

Não se poderia deixar de recordar que a motivação provocada pelas viagens tem sido desde a antiguidade, uma propensão humana permanente. Marco Pólo foi um dos ícones de grande expressão, passando por inúmeros outros precursores, até aos dias atuais, com Thomas Cook<sup>2</sup> pioneiro na organização de excursões. Observa-se que, no processo das viagens tem predominado o interesse econômico motivador das descobertas de novas regiões e suas rotas de acesso, estimulado pela curiosidade humana ou a avidez de enriquecimento das nações.

Entretanto, no último século, revelou-se uma nova tendência às viagens motivadas pela fruição proveitosa dos tempos livres. Essa motivação é potencializada pelo desejo de evasão identificado pelos cientistas sociais (Fuster, 1985). São contingentes populacionais desejosos de permutar temporariamente os grandes centros urbanos agitados e estressantes, por locais bucólicos, tranquilos, onde possam ter maior proximidade com a natureza, isentos de poluição. Outras

---

<sup>2</sup> Thomas Cook organizou a primeira excursão vendida como pacote, na Inglaterra, em 1841 (Fuster, 1985).

modalidades de viagem são igualmente consideradas turísticas, destacando-se: o turismo de congressos, feiras, convenções, festivais, de religião, de negócios, de saúde e ecoturismo.

Ao se somar o conceito de Produto Turístico (Atração + Equipamentos e Serviços + Infra-estrutura de Apoio) à motivação das viagens encontra-se o determinante do fluxo turístico: a demanda turística (Correia, 2002, p.37). A demanda determina o fluxo e as atrações turísticas constituem-se fatos geradores, que acabam influenciando a criação dos demais atributos do produto: os Equipamentos e Serviços e a Infra-estrutura de Apoio.

Ao se reconhecer nas atrações o fato gerador do turismo é oportuno lembrar quais são os atributos da demanda, definidos em Correia (2002, p.37):

- a. Encontra-se fora (distante) do local de produção;
- b. a compra do produto turístico é feita também a distância, por intermédio das transportadoras ou dos agentes de viagens;
- c. O consumidor (visitante/turista) deve deslocar-se do seu *habitat* para usufruir os produtos que deseja consumir, nos núcleos receptores.

Em síntese torna-se importante rever os principais fatores ou fatos geradores do turismo, citando novamente (Correia, 2002, p. 43):

- a. Fatores motivacionais - as atrações turísticas
- b. Fatores psicológicos - o desejo de evasão;
- c. Fatores da comunicação - a divulgação nas suas múltiplas formas;
- d. Fatores da organização social – os tempos livres;
- f. Fatores Mercadológicos - a qualidade e o preço dos produtos;
- g. As atrações turísticas.

Esse processo gera uma cadeia de relações crescentes, que podem prosperar ou fenecer, conforme a organização da comunidade e as Leis de mercado.

### **2.11.3 Dimensão mundial do turismo**

No referencial teórico ficou evidenciado, que o modelo de turismo a ser sugerido para aplicação em Fortaleza do Abunã seguirá características inovadoras, devendo privilegiar a população envolvida e o meio ambiente.

Com este propósito faz-se oportuno lembrar os aspectos mais relevantes da atividade turística, no seu relacionamento com a economia e as suas repercussões

no mercado mundial, nacional, regional, estadual e municipal. Ao mesmo tempo procura-se no conhecimento da operação turística assimilar o delineamento de estratégias que enfatizem o maior benefício comunitário.

Visualiza-se, então, o segmento turístico no mercado mundial, que se constitui o alvo de maior dimensão aos países que disputam esta promissora oportunidade de negócios. Conforme dados da Organização Mundial de Turismo *apud* Toledo (2004, p.125):

A atividade turística, para cada US\$ 7 mil deixados no país receptor proporciona a manutenção de um emprego. Enquanto isso, na indústria automobilística é necessário cerca de US\$ 85 mil para gerar um emprego. No turismo apenas US\$ 20 mil gera um emprego direto em um hotel e US\$5.000, 00 em um restaurante. US\$ 20 garante matéria prima para um artesão.

Nesse contexto, revela-se a atividade como um setor dinâmico, capaz de contribuir para o fortalecimento dos demais segmentos da economia, proporcionando-lhes meios que se refletirão diretamente no desenvolvimento das regiões ou locais em que acontece. A atividade turística, quando corretamente utilizada proporciona: distribuição da renda, aumento das oportunidades de trabalho, elevação da arrecadação de tributos, aprimoramento social e cultural.

Inúmeros exemplos poderiam ser citados de nações que estão utilizando o turismo como suporte econômico. Considerou-se pertinente mencionar o caso de captando divisas preciosas àquela nação, permitindo amenizar as suas dificuldades econômicas.

No Brasil, os resultados dos investimentos em turismo começam a se refletir na economia, quando a entrada de visitantes começa a superar a saída dos brasileiros ao exterior, favorecendo o equilíbrio das contas externas. É uma relação de dupla mão que durante muitos anos foi deficitária aos interesses nacionais.

Mas, além das repercussões no mercado externo, o País auferir também resultados apreciáveis na arrecadação tributária. Isto porque, enquanto isentam-se os tributos dos produtos da exportação convencional, na comercialização dos produtos turísticos o recolhimento de todos os impostos acontece normalmente.

Deve-se lembrar que, na operação turística, o comprador é um estrangeiro (ou habitante de outra região no mesmo País), que se desloca para praticar o consumo dos produtos turísticos no local de destino. Em outras palavras, quando os

brasileiros vão à Bolívia comprar os mais diversos produtos, estão praticando um ato de exportação para Bolívia e de importação para o Brasil, mesmo sabendo que aqueles produtos possam ter sido importados pelos empresários bolivianos de outros tantos países. Quando ocorre o inverso, o estrangeiro que vem ao Brasil hospeda-se, alimenta-se, faz compras diversas, realiza passeios e admira atrações, está importando bens do Brasil para o seu País ou Região de origem. Este é um raciocínio irrefutável.

Nessa mesma linha de raciocínio Rabahy (1990, p. 135), se expressa com muita propriedade, quando trata da formulação do modelo para previsão turística:

O sistema dos fluxos do turismo externo se assemelha ao do comércio internacional, no sentido de que as “importações” de viagens de um país correspondem às “exportações” de um outro. Nesse aspecto, a estrutura do modelo de viagens internacionais é, em larga escala, similar à estrutura do modelo do comércio mundial.

Entretanto, a maior relevância da atividade encontra-se no fato de que o visitante pago para conhecer um atrativo histórico, cultural, natural ou acontecimento programado. Ele vê, aprecia, fotografa, participa e convive com os habitantes locais, mas não leva com ele o atrativo. A atração turística fica na recordação ou memória do visitante, mas permanece intacto, inalterado no local visitado.

Pode-se afirmar que essa é a *mais valia*, (Correia, 2002, p. 28) do produto turístico, que se assemelha, por analogia, à relação concebida por Marx<sup>3</sup>. A diferença é que no turismo a vantagem torna-se exponencial a favor do País ou região, onde ocorre o processo do receptivo (Operação de recepção, traslados, hospedagem, alimentação, passeios e outros insumos). É válido rever os dois conceitos. Marx encontrou a *mais valia* no processo industrial da sua época, quando o empregador (capitalista) conseguia obter um excedente de produção do trabalhador sem custo às horas de trabalho adicional. No produto turístico o consumidor aprecia e convive com as atrações, pode até fotografá-las, mas não as leva consigo ao retornar ao seu país de origem.

Para tornar mais explícita a análise recorre-se novamente a (Correia, 2002, p.28):

Até parece que há uma propaganda enganosa quando se afirma que o turista usufruiu do produto, mas não o levou inteiramente. Em

---

<sup>2</sup> MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. *apud* KONDER ( 1982, p. 163).

verdade ele paga pelo direito de ver, de conviver, participar. É como quem assiste a um filme no cinema. O espectador paga um ingresso e obtém a oportunidade de presenciar aquele espetáculo, mas o filme continua sendo propriedade da produtora.

A maior valia do produto turístico encontra-se, portanto, neste aspecto: não desfaltar totalmente o acervo ou o patrimônio do local ou destinação turística.

Em seqüência, compreendido o conceito de turismo e o seu funcionamento, deve-se refletir, dentro de uma visão pragmática, sobre a realidade da atividade turística na economia mundial.

O Conselho Mundial de Viagens e Turismo (World Travel & Tourism Council – WTTC), no seu “Media Information” de 16/12/1993 previa àquela época:

A indústria de viagens e turismo representará a partir de 1994, um faturamento de US\$ 3,4 trilhões, 10,1% do PIB mundial, US\$ 693 milhões de investimentos em novos equipamentos, representando 10%,9% sobre o total de gastos em consumo;

O cenário vislumbrado para os próximos dez anos, a despeito de fatos como os atentados ocorridos nos Estados Unidos em 2001 e à Guerra entre este mesmo país e o Iraque, são de um otimismo conservador.

Nos próximos dez anos:

Em 2013, a atividade de viagens e turismo deverá gerar um impacto econômico de US\$ 8,9 trilhões. Sendo que: 83,8 milhões de pessoas trabalharão diretamente no setor (2,8% da oferta);

Se forem considerados também os empregos indiretos esse número sobe para 247,2 milhões. Ou seja: uma em cada grupo de 11 pessoas trabalhará em uma atividade relacionada a turismo.

Os investimentos de capital ligados ao turismo chegarão a US\$ 1,3 trilhão e os governos arrecadarão em impostos e taxas nada menos que US\$ 378,2 bilhões.

Toda esta argumentação faz-se oportuna, quando se pretende superar a apatia das lideranças sociais e políticas, e o próprio empresariado do setor que, em Rondônia, mostra-se pouco convencido das oportunidades que tem à disposição no segmento do turismo.

Na visão abrangente que se deseja transmitir, não se poderia deixar de fazer uma análise sobre a situação do turismo como atividade importante para os negócios no Brasil e no mundo.

#### **2.11.4 Dimensão Nacional do Turismo**

O setor tem se desenvolvido, apresentando resultados expressivos. Segundo dados de pesquisa da Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e

Turismo - ABRESI (Indústria do Turismo - 95/96), o segmento turístico na década anterior apresentava os seguintes números:

1.071.275 de empresas;

10.253.470 de empregos gerados;

R\$ 40,395 bilhões de faturamento;

R\$ 10,423 bilhões de tributos recolhidos de 1996.

Os indicadores acima decorrem do fluxo turístico no País, que experimenta crescente expansão, numa média de 3% (três por cento) ao ano, segundo dados do Instituto Brasileiro do Turismo — EMBRATUR<sup>4</sup>. Esse incremento poderá elevar em 30% (não cumulativo) os números acima, em termos nacionais, considerando os dez últimos anos.

Entretanto, em termos de fluxo internacional, a posição brasileira ainda é medíocre, se comparada com nações, cujo potencial econômico é bem menor do que do Brasil, como a Polônia, Hungria, Portugal, Grécia entre outros. Essa relação comparativa demonstra que, se os países citados apresentam desvantagem no seu potencial econômico, turisticamente têm maior projeção. Isto significa que uma nação com menor potencial econômico dentro dos parâmetros convencionais pode se situar *rank* internacional de forma positiva e auferir riquezas, geradas pelo seu produto turístico.

Na tabela abaixo se pode acompanhar o desempenho da produção turística nacional, onde o Brasil está no 39º lugar no *rank* dos países que disputam o mercado mundial.

Se for considerado o fato de que em 2005 o crescimento da chegada de visitantes sofreu um grande aumento, é possível que a posição nacional relativa aos demais países experimente uma nova tendência ascendente.

Observa-se na Tabela a seguir que, enquanto ocorreu ponderável crescimento do fluxo de 1998 a 2001 verificou-se uma redução de 2001 para 2002, mas volta a se recuperar em 2003, crescendo seguidamente nos exercícios subsequentes.

---

<sup>4</sup> Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, criada pelo Decreto Lei nº 55 de 18/11/1966. Teve o seu formato institucional modificado, passando à designação de Instituto Brasileiro do Turismo, porém mantida a sigla EMBRATUR.

Tabela 1 - Países mais visitados

Colocação (rank)	Países	1998	2001	2002	2003	2004	2005
		Em milhões de pessoas					
1°	França			76,5			
2°	Espanha			49,5			
3°	Estados Unidos			45,5			
4°	Itália			39,1			
5°	China			33,2			
6°	Inglaterra			22,8			
7°	Rússia			21,2			
8°	México			19,8			
9°	Canadá			19,7			
10°	Áustria			18,2			
11°	Alemanha			17,9			
12°	Hungria			15,3			
13°	Polônia			15,0			
14°	Hong Kong			13,7			
15°	Grécia			13,1			
39°	Brasil	3,1					
34°	Brasil		4,7				
34°	Brasil			3,8	4,1	4,7	5,3

Fontes: Ministério do Turismo / EMBRATUR – 1998/2001/2002/2005 (Estatísticas e Indicadores) DFP. Brasília, 2005.

A redução de 2002 foi explicável devido a crise econômica Argentina, que é o maior emissor de turistas para o Brasil, até então.

Nesse cenário deve-se entender que o Brasil ainda se encontra nessa posição pouco expressiva, devido ao fato de que houve um grande retardamento na percepção do planejamento nacional, à importância da atividade turística. O Governo Federal começou timidamente em 1966 a intervir no processo de fomento ao turismo com a criação da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, transformada em Instituto, porém mantidos os mesmos fins e a sigla.

Aconteceu, assim, sem grande ênfase, numa época em que poderia ter avançado, porquanto havia recursos. A partir daquela década os Estados foram se habilitando, criando as suas próprias estruturas administrativas para o setor e induzindo a organização nos municípios, com a criação de órgãos municipais de turismo.

Mas, de modo geral, o crescimento do País no segmento turístico sempre esteve aquém do desejável. Revelou-se mais rápido na Região Nordeste pela vocação acolhedora da sua população e do extenso litoral disponível, além do forte engajamento dos governos estaduais.

### 2.11.5 Luz ao fim do túnel

Na década de 1990 o País caminhava sem que surgissem acontecimentos de maior relevância procedentes da ação Federal. Excetuam-se o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR/NE, já comentado, e o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo – PROECOTUR/NO para Região Norte, que está paralisado até então.

Nesse período houve até um retrocesso, quando no início da década citada ocorreu a tentativa de extinção da EMBRATUR, felizmente revertido. Afinal em 1995 surge o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, com uma mensagem de otimismo, que alcançou em dez anos mais de 1200 municípios.

Entretanto as ações na gestão Federal anterior continuaram estagnadas, com dotações consignadas no orçamento da União, contingenciadas pelo Poder Executivo. Esse tipo de procedimento provocava a descontinuidade de Programas e Projetos, cujos cronogramas foram rompidos, descumprindo metas e impedindo a concretização dos objetivos. Procedimento semelhante acontecia em alguns Estados, inclusive Rondônia.

Enquanto isso a iniciativa privada vem ocupando espaços em todas as Regiões do País, numa demonstração de vitalidade própria desse setor. Sem embargo, esse crescimento, deveria ser monitorado, como função de Estado, no planejamento da atividade turística. Nesse particular Wahab (1977, p.170), em época pretérita ponderou com clareza essa situação, afirmando:

Na economia de livre empresa, embora se parta da premissa de que o Estado desempenha um papel secundário, torna-se cada vez mais claro que a intervenção estatal no campo do turismo está destinada a se expandir e se acentuar visando principalmente a conceitualização e ao planejamento do crescimento do turismo, assim como a sua liderança para que se atinjam as metas prioritárias da política nacional do turismo.

Mas, no início de 2003, com a nova gestão Federal, a atividade turística mereceu inédita consideração, com a criação do Ministério do Turismo e todas as conseqüências decorrentes desta reestruturação organizacional.

Há preocupações em torno do novo Ministério, com a suposição de que aumentará a burocracia que tanto limita o desenvolvimento no País. Ocorre também que, em alguns Estados verifica-se certa perplexidade por parte das novas equipes

das gestões estaduais pouco afeitas às peculiaridades do turismo nas suas múltiplas modalidades.

Apesar de todas essas apreensões revela-se corajosa a ação do Governo Federal, cabendo ser imitada por aquelas Unidades da Federação, que ainda não adotaram uma decisão política definitiva, no sentido de fomentar a atividade turística, principalmente apoiando os seus municípios.

Ademais é imperioso compreender que o desempenho desse novo Ministério dependerá em grande parte da participação do empresariado e da sociedade civil organizada, na cobrança do cumprimento dos novos rumos traçados no Plano Nacional de Turismo<sup>8</sup>, lançado em abril de 2003, cujos Programas previstos encontram-se em execução. É uma luz ao fim do túnel.

#### **2.11.6 Dimensão regional e estadual do turismo**

No âmbito regional o Estado de Rondônia desponta, com perspectivas econômicas importantes, principalmente, pela previsão de crescente superávit de energia elétrica e diversos *clusters* de produção em Municípios do interior, nos setores primário, secundário e terciário. Esses fatos favorecem a organização da oferta turística, que necessita de todos esses insumos, para o seu crescimento e eficiente operação.

Dois Programas estruturadores regionais importantes devem ser mencionados: O Programa Ação para Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR / NE e, na Região Norte, o Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Região Norte - PROECOTUR / NO.

É oportuno conhecer a estrutura financeira inicial do PRODETUR – NE, cuja elaboração foi concluída em 1992, com acentuada conotação econômica, porém, já prevendo ações na área ambiental. Na época foram previstos investimentos da ordem de US\$ 800 milhões, com a participação de 50% do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e 50% dos Estados do Nordeste, mediante empréstimo do Banco do Nordeste do Brasil S. A. – BNB, às respectivas unidades da Federação.

Apresenta-se a seguir uma Tabela que retrata a primeira etapa dos investimentos previstos e realizados. Pretende-se com essa apresentação proporcionar uma visão do conjunto das principais ações programadas.

---

<sup>8</sup> Brasil. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo, Brasília, DF, 2003.

Tabela 2 – PRODETUR-NE: Investimentos e Execução

Descrição (percentuais em US\$)	Unids.	Valores Globais	Realizados	%
Empregos Diretos	Unidade	1.687.000	1.119.000	66,3
Empregos Indiretos	Unidade	2.183.000	1.448.277	66,3
Saneamento, água potável, 26%	Mil habts.	809,1	647,0	80
Melhoria da Rede Viária, 17,7%	Km	647,4	642,1	99,2
Patrimônio Histórico, 7,3%	m <sup>2</sup>	287.792,7	287.792,0	99,9
Meio Ambiente 3,1	Há	47,679	44,024,4	92,3
O8 Aeroportos ampliados, 25%	Unidade	08	07	87,5
Desenvolvimento Institucional, 3,7%	Projeto	172,0	74,0	43,5

Fonte: Bahia – The Pró-Northeast Iniciatiave, 1999.

É interessante saber que ao longo da execução do Programa foram firmados aditivos aos contratos iniciais, duplicando os investimentos previstos. Só o Estado da Bahia realizou posteriormente inversões superiores às previsões de todos os Estados da Região (Bahia, Plano de Desenvolvimento do Turismo, 2006).

A Tabela anteriormente apresentada oferece uma idéia geral do Programa, indicando os resultados alcançados após os seis primeiros anos de execução. Note-se a inserção tímida de recursos específicos para apoio ao meio ambiente (3,1%), embora fossem contempladas ações no setor de saneamento básico.

Em fim, esse conhecimento tornou-se necessário para se entender que, em Rondônia, há um encaminhamento semelhante a ser mirado todas as vezes que se falar em planejamento do turismo na Região Norte. Trata-se do Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo — PROECOTUR – NORTE (1998), certamente inspirado na ação do Nordeste brasileiro.

O PROECOTUR marca a presença do planejamento oficial de maior amplitude na Região Norte, priorizando o ecoturismo. E revela-se a grande vocação do Estado de Rondônia, proporcionando-lhe qualidade diferencial para concorrer em vários mercados.

Esse Programa, cuja execução já foi iniciada previa investimentos da ordem de 400 milhões de dólares nos nove Estados da Região, compreendendo recursos de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID no montante de 200 milhões de dólares e igual contrapartida do Governo Federal.

No momento ocorrem dificuldades pertinentes à liberação da contrapartida Federal, para viabilizar a execução do PROECOTUR. Entretanto, acredita-se que as lideranças políticas encontrarão a solução adequada a esse impasse.

No Nordeste esse estrangulamento foi superado, quando os Estados assumiram a contrapartida mencionada. Houve dois ou três Estados que não conseguiram, àquela época, os recursos para cumprir a contrapartida requerida. Passaram-se os anos e atualmente tem-se notícia de que esses Estados acabaram por obter um financiamento adicional indispensável ao cumprimento daquela exigência.

Este é um tema que merece estudo e reflexão, porque se acredita na possibilidade de encontrar soluções criativas intermediárias, capazes de resolver os estrangulamentos apontados.

Outro fato relacionado com o PROECOTUR está na sua finalidade de proporcionar recursos para infra-estrutura de apoio ao turismo, onde se incluem aeroportos, rodovias e saneamento básico. Chegou o momento crucial de se começar a pensar no projeto de saneamento e esgotamento sanitário para Porto Velho e numa seqüência de prioridade, o Distrito de Fortaleza do Abunã.

Ainda sobre o cenário estadual é válido registrar o esforço empreendido pela Superintendência Estadual do Turismo – SETUR, na elaboração do Plano Estadual de Turismo e a criação do Fórum Estadual de Turismo. Foi gerada grande expectativa e espera-se a execução dos programas e projetos ali formulados. Deve-se lamentar, entretanto, a ausência do cronograma de execução desse Plano e a alocação de recursos orçamentários para viabilizar os Programas e projetos previstos.

Enquanto isso, a iniciativa privada realiza esforços isolados, investindo em projetos pioneiros, aproveitando pontos estratégicos no interior e na Capital. O empresariado começa a se antecipar à ação governamental, apesar da ausência associativa das empresas do setor hoteleiro. Esta é uma deficiência sentida nas reuniões do Fórum Estadual de Turismo - FETUR e do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR de Porto Velho.

Em fim, os fatos acima apontados certamente influenciaram os procedimentos pertinentes à internacionalização do aeroporto de Porto Velho, que se encontra habilitado ao atendimento desse novo tipo de demanda turística mais exigente: o fluxo internacional.

Nesse cenário Porto Velho desponta, estrategicamente, como centro de recepção e irradiação da demanda internacional a ser induzida ou que já vem

transitando pela Capital, embora discretamente. Mas não se observam ações do empresariado para aproveitar essa nova possibilidade no transporte aéreo.

### **2.11.7 Inserção municipal do turismo**

Na seqüência do estudo chega-se à ponta ou ao local em que o turismo efetivamente acontece: o município. Esta parte do trabalho retrata a realidade da organização municipal para o turismo, na Capital do Estado, onde se encontra encravado o Distrito alvo do presente estudo.

A organização do turismo na Prefeitura de Porto Velho teve início com a criação da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte — SEMCE, instituída pela Lei n.º 95 de 18/06/1990, reestruturada pelo Decreto n.º 5046 de 1º/02/1993. A SEMCE, desde a sua criação, desenvolveu as suas atividades priorizando o segmento esportivo, seguido do fomento às atividades culturais e, por último, o turismo.

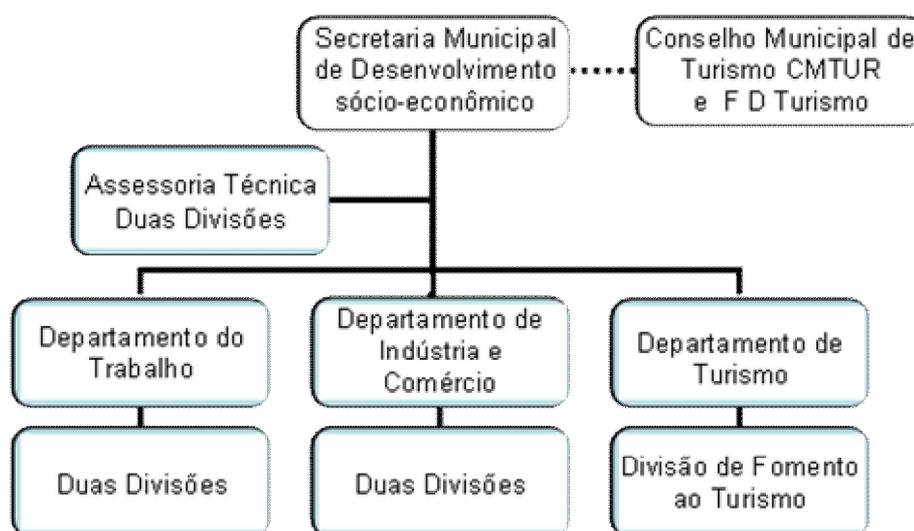
Com a nova gestão municipal parte das atribuições da antiga SEMCE, particularmente o turismo, foram transferidas à recém criada Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico – SEMDES. Nesta nova Secretaria foi incluído um Departamento de Turismo, para realizar o fomento da atividade.

Entretanto, mais uma vez, as lideranças políticas não explicitaram na designação da Secretaria o nome turismo, como aconteceu na antiga SEMCE. Este é um detalhe que valorizaria a atividade, e refletiria a importância atribuída pela Administração ao segmento turístico.

Há também o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, criado pela Lei n.º 95, de 20.12.1999, e o Fundo para Desenvolvimento do Turismo — FDT, criado pela Lei n.º 94, de dezembro de 1990. Tanto o COMTUR quanto o FDT têm exercido as suas atribuições, dentro das possibilidades e meios colocados à disposição dos dois órgãos. Ambos os setores – COMTUR e FDT, foram transferidos à estrutura organizacional da SEMDES, contando com autonomia administrativa. Quanto ao FDT, apresenta-se como uma conta financeira especial que, infelizmente, a sua operacionalização tem sido dificultada pela burocracia administrativa do Município, desde a gestão anterior. É da maior importância o entendimento de que a estrutura organizacional criada – COMTUR / FDT, embora de caráter público, apresenta a vantagem da descentralização administrativa e financeira, permitindo maior rapidez nas suas deliberações e execução dos seus projetos.

Vê-se na figura nº 02 a seguir a inserção do COMTUR, que incorpora o setor público e o setor privado, pela representatividade dos seus membros, formando um colegiado paritário (público / privado), integrado por sete membros de cada segmento, totalizando 14 instituições.

O organograma, inserido na Figura 4, abaixo, oferece uma visão sumária da atual estrutura do que se pode chamar de Sistema Municipal de Turismo. Os Departamentos do Trabalho e de Indústria e Comércio têm cada qual duas Divisões e o Departamento de Turismo, apenas uma Divisão. O organograma apresentado é elucidativo.



**Figura 02 – Organograma do Sistema Municipal de Turismo**

Fonte: SEMDES, 2005

### 2.11.8 Entraves institucionais

A ênfase que se atribui ao setor público no presente estudo advém da sua responsabilidade no planejamento e controle da atividade por competência legal exclusiva, como função de Estado. Há que se compreender, portanto, que a estrutura organizacional define o relacionamento com os diversos Distritos integrantes do município. Por isso, a sua importância para o desenvolvimento de cada uma das unidades que integram o território municipal.

É válido, ainda, registrar que após a implantação do COMTUR passou-se a sentir a necessidade de aumentar o número dos seus integrantes, para formar um

colegiado tripartite: público, privado e da sociedade civil. Os dois últimos segmentos sendo representados por entidades de classe ou organizações não governamentais, relacionadas com o turismo. Essa evolução passa a ser mais relevante a partir da criação do Ministério do Turismo em 2003.

Com este pensar procedeu-se a detida avaliação sobre a antiga SEMCE, a SEMDES e o COMTUR, constatando-se os estrangulamentos, que a seguir se registram como entraves principais ao melhor desempenho institucional. As observações aqui admitidas seguem um encadeamento em que os dados e informações devem ser considerados em conjunto, interdependentes (Correia 2003, p.27).

Para melhor avaliação organizou-se um quadro com a evolução institucional nas duas gestões analisadas. O conhecimento desse cotejo é importante por que os Distritos são muito dependentes da organização municipal para o desenvolvimento do conjunto.

**Tabela 3 – Comparação das gestões municipais no segmento turístico**

<b>Gestão de 1999 a 2003</b>	<b>A partir de 2004</b>
<p>a) Constatou-se reduzida sensibilidade das instâncias superiores para a atividade turística. Apesar dessa apatia foi criado o Conselho Municipal de Turismo - CMTUR e o Fundo de Desenvolvimento do Turismo - FDT;</p> <p>b) A SEMCE não identificava o turismo na sua designação oficial. Essa lacuna gerava indefinições organizacionais e entraves ao desempenho administrativo e de <i>status</i> perante o sistema local, estadual e nacional do turismo;</p> <p>c) realizaram-se as Oficinas do Programa Nacional de Turismo - PNMT (1ª,2ª,3ª, fases); pouco havendo produzido por falta de apoio;</p> <p>d) apesar do funcionamento do CMTUR, a iniciativa privada não dedicou maior atenção às possibilidades dessa Instituição, por desmotivação das instituições integrantes do CMTUR.</p> <p>e) Espaço Físico inadequado de funcionamento da Divisão de Turismo e da Secretaria Executiva do CMTUR. Essa carência implica no descumprimento da Lei n.º 95, de 20.12.1999, que preceitua no seu Art. 5º - <i>Caberá à SEMCE responsabilizar-se pela Secretaria Executiva do Conselho, oferecendo os instrumentos técnicos</i></p>	<p>a) A nova Administração Municipal tem demonstrado interesse pela atividade turística, com iniciativas, como a reformulação da legislação do COMTUR e do FDT e a Oficina Municipal de Turismo, 2005</p> <p>b) Criada a nova Secretaria, a SEMDES, que incorporou a atividade turística, mas deixou de explicitar na sua designação o nome turismo. Um detalhe que precisa ser corrigido, pela importância institucional que representa inclusive orçamentária;</p> <p>c) Melhoraram os aspectos técnicos da nova Secretaria, no pouco tempo de gestão, embora ainda sejam insuficientes;</p> <p>d) A iniciativa privada persiste em não valorizar a sua participação no Colegiado do CMTUR e este Conselho continua com sua atuação precária; Forma-se um ciclo vicioso, que precisa ser quebrado, caso se pretenda efetivamente desenvolver a atividade turística na capital;</p> <p>e) O Depto. de Turismo e a sua Divisão passaram a contar com melhor espaço, mas persiste a ausência de local para o CMTUR da mesma forma que a exigüidade de recursos. A solução dependerá de decisão política que de uma vez por todas identifique o turismo entre as prioridades da Administração do Município;</p>

<p><i>e materiais indispensáveis ao seu pleno funcionamento;</i></p> <p>f) Espaço físico: Uma única sala abrigava a Divisão de Turismo e o COMTUR. Total precariedade dos meios: recursos orçamentários, humanos, materiais e financeiros – dramática-mente escassos para o fomento da atividade turística, apesar dos esforços e apelos do servidor responsável pelo setor;</p> <p>g) A ausência de recursos à realização de pesquisas técnicas pertinentes a esse setor inibe o planejamento, enquanto o trabalho empírico, apesar de heroicamente praticado, pode induzir a erros indesejáveis;</p> <p>h) No processo de gestão na SEMCE, a escassez de recursos foi o principal inibidor do desempenho da instituição. A situação agravava-se, devido a falhas de gestão que, sanadas, amenizariam muito as dificuldades aqui expostas. É preciso que se diga que a falta de prioridade voltada à atividade turística começava no próprio órgão responsável pelo fomento do setor. A Secretaria era totalmente voltada para o esporte e pouco à cultura. O planejamento estratégico era conhecido no setor de turismo, mas totalmente ignorado nas instâncias superiores imediatas.</p> <p>i) O Orçamento anual ainda não assimilou a moderna opção do orçamento participativo. Apresenta-se como uma peça de imposição do órgão centralizador do processo, unicamente para cumprir a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as decisões do Poder Executivo.</p>	<p>f) Espaço físico - esta é uma questão que começou a ser solucionada parcialmente com a extinção da SEMCE e criação da SEMDES. Mas há de se lamentar que essa iniciativa tenha sido adotada à revelia do Conselho Municipal de Turismo – CMTUR, que poderia ter alertado, dentro das suas atribuições, à melhor decisão técnica, pelo menos, tornando explícita a designação – turismo, no nome da Secretaria.</p> <p>g) Persiste a escassez de recursos à realização de pesquisas técnicas para o planejamento da atividade turística, ainda prevalecendo o trabalho empírico;</p> <p>h) Na elaboração do Orçamento anual ocorre um dos problemas, que afetam todos os segmentos da administração, particularmente o turismo, por ser um setor ainda frágil pouco reconhecido dentro das instâncias políticas e técnicas, com maior poder e influencia na finalização orçamentária. O mesmo acontece com o Plano Pluri-anual (PPA), ainda elaborado muito mais como uma peça quirografária do que um instrumento de planejamento estratégico.</p> <p>i) Quanto ao orçamento participativo, pelo que tudo indica, também ainda não foi considerado, pelo menos, até o momento.</p> <p>j) A Prefeitura iniciou a dinamização de novos projetos que se relacionam com o segmento turístico: o Projeto Beira Rio; o projeto de reforma e ampliação do Terminal Rodoviário; o Centro de Turismo Rural Integrado – CTRI Rio Abunã e consta que assumirá o projeto de restauração da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.</p> <p>k) Apesar de todas as dificuldades a Prefeitura lançou recentemente um folheto – Guia Turístico de Bolso de Porto Velho, cuja edição contou com apoio o Ministério do Turismo. Muito bom para o começo. Mas contem falhas e o projeto não passou pelo CMTUR.</p> <p>l) Pela primeira vez foi celebrado o Dia Mundial do Turismo, como iniciativa do Município, promovida SEMDES e as Faculdades locais de turismo.</p>
---	---

Fonte: Correia (Monografia, Dezembro, 2003)

Fonte: Pesquisa direta do autor

É necessário enfatizar que os fatos acima alinhados foram levantados na Gestão Municipal anterior e aqui relatados, para que se possa mensurar a disposição da nova Administração nas suas decisões.

Ademais os fatos expostos sobre a administração anterior foram corroborados, na Oficina de Planejamento do Programa Nacional de Municipalização

Turismo - PNMT (2002, p. 7), voltada para o Município de Porto Velho. Essa Oficina foi um procedimento técnico metodológico daquele Programa, aplicado em nada menos do que 1504 Municípios do País, entre os quais Porto Velho.

Em Porto Velho, representantes de 23 instituições ligadas ao setor de turismo, trabalharam durante três dias, analisando as condições do turismo na capital. O Relatório desse evento foi inserido no referencial teórico deste estudo, em razão da sua atualidade e representatividade. Ali estão expostas e hierarquizadas muitas das constatações feitas pelo mestrando e aqui revistas, em comprovação do que foi obtido nas pesquisas diretas empreendidas.

Cabe reconhecer que a nova gestão municipal, ao criar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sócio-econômico – SEMDES (sucendo a SEMSE), se não inseriu na designação o nome Turismo, incluiu na sua estrutura organizacional, um Departamento de Turismo e uma Divisão correspondente. Registra-se, ainda, que, recentemente, a dita Secretaria foi instalada num edifício próximo à Prefeitura Municipal, com espaços adequados ao Departamento de Turismo, pessoal técnico e equipamentos ao exercício dos objetivos do setor.

É inegável o avanço, mas ainda está longe do dinamismo que se espera de um Órgão de fomento à atividade turística de uma Capital.

# 3 O Distrito de Fortaleza do Abunã

Inicia-se este Capítulo com a identificação da localidade alvo, para proporcionar aos leitores uma visão geográfica, seguida dos aspectos urbanos e demais atributos do vilarejo.

## 3.1 Localização e contextualização

O Distrito de Fortaleza do Abunã encontra-se no município de Porto Velho, a Noroeste do Estado de Rondônia. Limita-se ao Norte, com o Estado do Amazonas e a Leste com o Distrito de Abunã. A Oeste limita-se com o Distrito de Extrema, seguido de Nova Califórnia, este último, próximo à fronteira com o Estado do Acre. Ao Sul limita-se com a Bolívia, cuja linha divisória é estabelecida pelo Rio Abunã.

De acordo com o Relatório de Avaliação de Impacto Ambiental (SEMMA, 2005), tem-se as coordenadas geográficas a partir da Escola Barão do Rio Branco indicam: Altitude, 68 m; S 09° 47.243'; W 065° 31.505.

Esse mesmo Relatório descreve detalhadamente o meio antrópico, cuja transcrição seria extensa. Entretanto ressalta-se a importância da sua referência e leitura, na continuidade de novos estudos que vierem a ser empreendidos.

## 3.2 A comunidade

Observa-se a comunidade no Distrito de Fortaleza do Abunã, inserido na zona rural do Município de Porto Velho. O aglomerado urbano formou-se pela população que convergiu à localidade, motivada com a exploração da borracha necessária ao esforço de guerra (1939 / 1945). O País engajara-se no grande conflito bélico que aconteceu na Europa.

Por esse motivo os habitantes primitivos vieram principalmente do nordeste brasileiro e ficaram conhecidos como soldados da borracha, O número exato deles é desconhecido. Poucos conseguiram retornar às origens. Outros tantos se aclimataram e permanecerem em diversos pontos da Região Norte, inclusive Fortaleza do Abunã.

O nome do vilarejo é uma de suas curiosidades. De acordo com entrevistas mantidas pelo mestrando, a designação Fortaleza parece haver sido inspirada pelos primitivos moradores procedentes do Ceará. Pretendiam homenagear a sua Capital. Mas há uma versão que remete às formações rochosas que afloram, intercalando-se ao casario lembrando fortificações, sugerindo a designação atual.

É válido notar, ainda, que a população é acolhedora e ordeira. Estão sempre dispostos a prestar informações, são politizados e a par dos acontecimentos mais importantes do País. Assistem televisão diariamente.

Na figura abaixo há um grupo, onde o mestrando encontra-se ao centro com um boné azul na mão, ladeado por um dos habitantes, com mais de 80 anos, de nome Tarugo (camisa azul). Esse cidadão foi um dos que veio e nunca retornou ao Nordeste.



**Figura 03 – Grupo de Moradores (o mestrando sentado - boné azul na mão)**

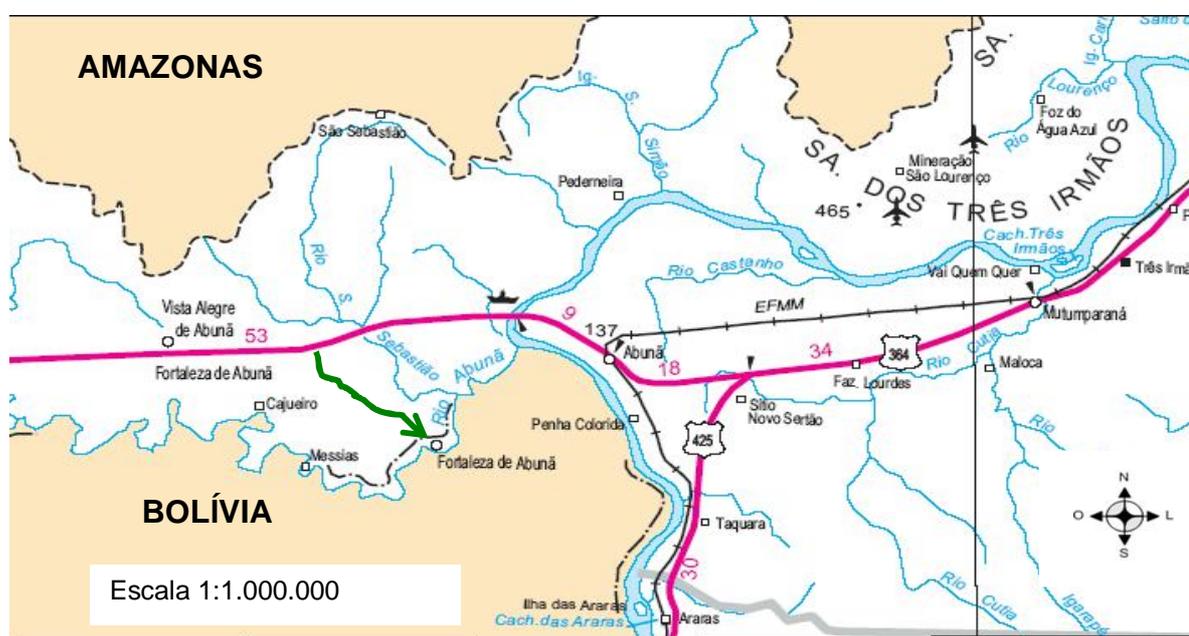
Fonte: J. Anchieta – junho, 2006

### **3.3 Vias de acesso e meios de transporte**

A ligação fluvial com a Capital é impedida pelas cachoeiras do Girau, Teotônio e Santo Antônio, restando assim, a via rodoviária como única forma de acesso. A quem procede da Capital, Porto Velho, no sentido Acre, o acesso é assegurado pela rodovia BR-364, após um percurso de aproximadamente 220 km, até o Distrito de Abunã. Logo em seguida é feita a transposição do Rio Madeira. Há um serviço (24 horas) de balsas de grande porte nesse local. Após a travessia o

visitante deve prosseguir no sentido Acre, mais 20 km e chegará a um entroncamento, onde há um posto de abastecimento de combustível. Desse ponto segue-se à esquerda por uma estrada de terra, percorrendo aproximadamente mais 15 km até ao vilarejo à margem esquerda do Rio Abunã. A seta cor verde no mapa define esse trajeto final.

O mapa, inserido na Figura, abaixo, oferece uma visão situacional do vilarejo, quanto a sua posição no sistema rodoviário de acesso, o limite com o Estado do Amazonas e com o território boliviano. Está perfeitamente indicado o Rio Abunã, estabelecendo a fronteira entre os dois países.



**Figura 04 – Mapa da localização do vilarejo**

Fonte: DENIT – Mapa Rodoviário de Rondônia, 2002

Deve-se observar, ainda, que partindo de Fortaleza do Abunã ao se chegar à BR 364, seguindo-se no sentido leste chega-se à Capital, Porto Velho. Em sentido contrário pode-se alcançar o Estado do Acre e sua Capital, Rio Branco. As duas Capitais estão a pouco mais de 250 km de Fortaleza do Abunã.

A ligação interurbana é feita unicamente por rodovia. A empresa TEKLATUR concessionária da linha à Capital assegura três freqüências semanais de ida e três de volta, na baixa temporada. Alternativamente o visitante pode se deslocar 50km pela BR-364, sentido Acre, e alcançar o Distrito de Vista Alegre, onde há vários coletivos, que se dirigem a Rio Branco ou Porto Velho. Não há aeroporto, nem



### 3.5 Aspectos urbanos e serviços públicos

A população é integrada por cerca de 380 habitantes formada por um reduzido número de nativos e de moradores procedentes do próprio Estado, além de outras Unidades da Federação. Nenhum estrangeiro. Os registros históricos sobre o vilarejo remetem à época da exploração da borracha (Segunda Guerra Mundial), cuja produção proveniente do Acre e de áreas adjacentes se concentrava na localidade para alcançar a Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), no Distrito de Abunã. Esse transbordo se fazia necessário, devido a cachoeira, no trecho do Rio Abunã, que margeia o vilarejo e impedia o prosseguimento das embarcações, que desciam o Rio Abunã. A solução era o transbordo por terra, certamente em lombo de muares, para alcançar outras embarcações à jusante da citada cachoeira. Desse local a produção seguia para Abunã (como já foi explicado), prosseguindo via férrea para Porto Velho (RO), onde era reembarcada via Itacoatiara (AM) e em seguida aos Estados Unidos, principalmente.

Quanto a organização e a infra-estrutura básica pode-se afirmar que o vilarejo padece das deficiências peculiares à maioria das localidades de pequeno porte no Estado: ausência de saneamento básico, insipiente estrutura do sistema de saúde e do ensino.

A Saúde, especificamente, dispõe de um Posto instalado numa casa de alvenaria, dispondo de seis auxiliares, entre os quais uma microscopista, uma auxiliar de enfermagem e dois agentes de saúde. A visitação da equipe médica é quinzenal (SEMMA, 2005). As doenças mais comuns registradas: + diarreias, verminose malárias, hipertensão. Todas tratadas no próprio local. Todavia o sistema está longe do nível desejável. Durante o Festival de praia e atendimento médico atende emergências por 24 horas.

O Ensino dispõe de uma Escola localizada no centro do vilarejo, edificada em prédio próprio de alvenaria, apresentando instalações razoáveis. Duas amplas salas de aulas e uma menor improvisada. Quatro professoras, duas delas com formação superior e duas serventes, integram os recursos humanos.

A Escola atende 72 alunos no ensino fundamental (crianças entre 5 e 12 anos), com o material didático e a merenda escolar fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Cerca de 50 alunos estão matriculados no Programa Bolsa Escola. Há, ainda, 26 alunos matriculados em Escolas do nível

posterior (14 A 22 ANOS), no Distrito de Vista Alegre (50 km a Noroeste de F A), transportados diariamente em ônibus também da SEMED. Há um curso noturno para adultos, também, do nível fundamental.

Na segurança pública, o Posto Policial local, instalado em casa de alvenaria, funciona apenas no período do Festival de Praia.

A representação da gestão municipal resume-se a um Administrador Distrital, desprovido de instrumentos ou recursos mínimos ao exercício de suas atribuições, embora conte com uma sede, instalada numa pequena casa com três salas.

Do ponto de vista urbanístico o povoado apresenta-se um pouco desordenado. O arruamento em quase sua total extensão é estreito, implicando dificuldades ao tráfego de veículos quando em duplo sentido. Pequeno trecho da rua principal e na praça à beira rio possuem pavimentação com bloquetes de cimento.

Na produção rural, três fazendas dedicadas à pecuária dominam a economia local e uma pedreira, com aparato industrial de médio porte, em pleno funcionamento, precede à chegada do povoado, há aproximadamente 5km do centro urbano.

Dois serviços públicos funcionam satisfatoriamente: o abastecimento de água, captada no Rio Abunã, sob a responsabilidade da Cia. de Águas e Esgotos de Rondônia CAERD e a energia elétrica, gerada numa usina termelétrica, operada pela empresa GUASCOR, com funcionamento contínuo de 24 horas. A energia produzida é entregue à Centrais Elétricas de Rondônia – CERON, que procede a distribuição e o faturamento.

O setor de comunicação é assegurado por cinco telefones públicos (tipo “orelhão”) da Brasil Telecon – TELERON, cujo funcionamento vem sendo melhorado. Nos últimos meses essa empresa vem disponibilizando telefones diretos nos domicílios que optam por esse serviço.

Deve-se anotar que o sistema de telefones públicos é útil e eficaz para originar ligações do local a quaisquer outros telefones inclusive interurbanos. Mas, para receber chamadas procedentes de outras localidades o sistema torna-se precário, porque o atendimento depende da boa vontade de algum passante que se disponha a chamar o interlocutor a quem se destina a ligação. Geralmente, as pessoas não querem atender aos telefones públicos para não assumirem a responsabilidade de chamar terceiros que podem estar distantes do local.

### 3.6 Capacidade de carga

A recepção de visitantes (turistas) no Distrito está condicionada à Oferta Técnica (capacidade dos meios de hospedagem), integrada pelas 10(dez) Pousadas e algumas casas particulares, descritas no Diagnóstico elaborado na Oficina - Educação Ambiental, conforme Relatório (2006, p. 12).

O conjunto desses equipamentos pode oferecer acolhida a um total de no máximo de 500 visitantes/dia. Considerou-se a média de quatro pessoas por unidade habitacional, revelando uma ocupação plena (exagerada) desses meios de hospedagem

Na alta estação a praia do lado brasileiro, admite cerca de 200.a 250 pessoas/dia, correspondente a uma média de 40% a 50% do total de hóspedes acolhidos na rede hoteleira, utilizando-se os indicadores técnicos estabelecidos para os cálculos da espécie por Bound Bovy e Lawson (1977, p.74). Esse limite da capacidade da praia poderá ser duplicado se for considerada a área do lado boliviano. Deve-se anotar, ainda, que a população utiliza o rio para uso primário parcimoniosamente, não causando maiores danos à qualidade da água.

O problema que existe, em qualquer época do ano, advem das águas pluviais e dos esgotos a céu aberto que conduzem toda sorte de dejetos ao Rio. Tudo decorre da falta de saneamento básico cuja solução é difícil, porém não impossível.

Para se ter uma idéia da situação, pode-se comparar Fortaleza do Abunã – respeitadas as devidas proporções, com a Ilha de Fernando de Noronha, no Nordeste brasileiro, que tem uma recepção máxima de 420 visitantes / dia, para uma área de 17 km<sup>2</sup> (Regueira 1987, p.172) e população de 1900 habitantes (Costa Lima 1997, p.140).

A comparação evidencia a disparidade entre a oferta técnica em Fortaleza do Abunã e a demanda efetiva nos períodos de alta estação. Nota-se que a capacidade de carga é substancialmente inferior à referida demanda, que chega a 8.000 pessoas/dia no período do Festival de Praia (Silva e Grudzin, 2004). Mas, na recente Avaliação de Impacto Ambiental – AIA (SEMMA, 2005,) há uma informação de que no Festival a demanda alcançou cerca de cerca de 15 mil pessoas.

Diante dessas informações constata-se que os visitantes utilizam os mais diversos locais para pernoite: desde barracas armadas na própria praia, nas ruas, praças e quaisquer espaços onde possam se intrometer. Pedem abrigo

aleatoriamente nos domicílios e o mais grave: fazem necessidades fisiológicas nos quintais e locais outros inadequados a essa finalidade.

### 3.7 Balneabilidade

A balneabilidade é um indicador complementar imprescindível à definição do uso primário de quaisquer cursos de água.

A responsabilidade dessa avaliação periódica é da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMMA de acordo com o Código do Meio Ambiente do Município de Porto Velho, nos termos da Lei Complementar nº 138 de 28/12/2001, cujo Art. 88 é explícito:

O monitoramento e a fiscalização dos empreendimentos e das atividades públicas e privadas, que causem ou possam causar impactos ambientais serão realizados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, sem prejuízo das ações de competência do Estado e da União.

Existem Estados brasileiros que oferecem esse tipo de serviço às suas populações. Para exemplificar citam-se dois Estados: um no Nordeste e outro no Sul, respectivamente: Ceará e Santa Catarina.

No Ceará:

Programa de Monitoramento da Balneabilidade das Praias.

A monitorização das praias de Fortaleza é realizada desde 1978, inicialmente em 31 pontos de coleta, distribuídos ao longo do litoral, numa extensão de 25km, entre os rios Cocó e Ceará. O programa de balneabilidade das praias está estruturado para atender os padrões da Resolução no. 274/00 do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, que define critérios para a classificação das águas destinadas à recreação de contato primário. Um boletim contendo a classificação das praias nas categorias PRÓPRIAS E IMPRÓPRIAS é emitido semanalmente para divulgação pela imprensa. ([www.semace.ce.gov.br](http://www.semace.ce.gov.br))

Em Santa Catarina,

Os turistas que freqüentam as praias do litoral de Santa Catarina contam com uma vantagem que poucos Estados no Brasil oferecem”. Além da diversidade de suas paisagens - que misturam baías, enseadas, costões e muitas ilhas - e da exuberante beleza natural, o Estado garante a seus freqüentadores um serviço de utilidade pública essencial no verão: o monitoramento da qualidade da água do mar para o banho humano. ([www.fatma.sc.gov.br/](http://www.fatma.sc.gov.br/))

A relação de Estados e Municípios que protegem os seus cidadãos é extensa. Por necessidade de síntese foram apresentados apenas os dois exemplos.

Resta aos rondonienses conhecerem essa realidade e reivindicarem às autoridades responsáveis a implementação das ações pertinentes à solução do problema. No Município de Porto Velho essa deficiência atinge desde as margens do Rio Madeira, os Distritos ribeirinhos, até os diversos balneários existentes no entorno da Capital.

No caso de Fortaleza do Abunã o mestrando recorreu à empresa - Laboratório de Microbiologia de Alimentos – LABOL, para realizar a análise em questão, cujos resultados encontram-se no Laudo Técnico no Anexo III deste trabalho.

Na tabela em seqüência apresentada encontram-se, em síntese, os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, para classificar as categorias da balneabilidade (MIDAGLIA, 1996, p.47).

**Tabela 4 – Categorias de Balneabilidade**

	Excelente	Máximo, 250 coliformes fecais ou 200 <i>Escherichia coli</i> ou 25 enterococos por 100 mililitros.
Próprias	Muito Boa	Máximo, 500 coliformes fecais ou 400 <i>Escherichia coli</i> ou 50 enterococos por 100 mililitros.
	Satisfatória	Máximo, 1000 coliformes fecais ou 800 <i>Escherichia coli</i> ou 100 enterococos por 100 mililitros.
Impróprias	Imprópria	Amostragem for superior a 2500 coliformes fecais ou 2000 <i>Escherichia coli</i> ou 400 enterococos por 100 mililitros. Incidência elevada ou anormal, na Região de enfermidades transmissíveis por via hídrica, indicada pelas autoridades sanitárias. Presença de resíduos ou despejos, sólidos ou líquidos, inclusive esgotos sanitários, óleos, graxas e outras substâncias, capazes de oferecer riscos à saúde ou tornar desagradável a recreação. Floração de algas ou outros organismos, até que se comprove que não ofereçam riscos à saúde humana.

OBS: Coletas em cinco semanas consecutivas, com 80% de resultados dentro dos limites;

\*NMP = Número mais provável;

Fonte: CONAMA – Resolução nº. 274 de 25/11/2000

É válido observar que foram realizadas duas coletas e respectivas análises, cujos laudos estão inseridos no Anexo IV. A primeira das análises corresponde à qualidade da água para uso primário. A segunda análise refere-se à *potabilidade*.

Esta, conforme poderá ser constatada no respectivo Laudo, a água apresenta impurezas (enterococcus), cujo nível está em desacordo com os parâmetros do Ministério da Saúde, além da tonalidade amarelada, que deveria ser límpida. Entretanto, no Laudo mencionado foram utilizados parâmetros do Ministério da Saúde. Segundo estes critérios a água estaria imprópria. A elucidação desta dúvida requer estudos mais acurados, que demandariam tempo e recursos indisponíveis no momento.

O que se pode acrescentar é que em grande parte a contaminação ocorre devido a descida de todas as águas pluviais da área do vilarejo diretamente ao Rio, sem qualquer tratamento. Infelizmente esta é uma realidade notória em todas as zonas ribeirinhas em Rondônia.

Na verdade a CAERD, a SEMMA e a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA poderiam se articular para oferecerem um serviço de avaliação semanal da qualidade da água nos balneários existentes no Município de Porto Velho. Essa providência será o mínimo que as administrações estadual e municipal poderão oferecer como prova de respeito à saúde da população.

A Portaria do CONAMA prevê a coleta de amostras por cinco semanas consecutivas. A coleta da amostra do presente estudo foi única, devido a impossibilidade operacional e financeira do mestrando.

Visualiza-se na foto abaixo uma tomada parcial da praia em Fortaleza do Abunã., onde foram coletadas amostras de água para análise bacteriológica.



**Figura 06 – Vista parcial da praia em Fortaleza do Abunã**  
Foto: J. Anchieta – junho, 2006

A próxima Tabela retrata detalhes do Laudo de avaliação da qualidade da água, cuja coleta foi realizada do lado brasileiro, empregando frascos de plástico esterilizados e mantidos resfriados na embalagem de isopor.

Conforme pode ser constatado no referido Laudo a qualidade da água, avaliada quatro semanas após o Festival de Praia, enquadra-se na Categoria – *satisfatória*, para uso primário (banho), empregando os parâmetros adotados pelo CONAMA.

**Tabela 5 – Avaliação da qualidade da água no Rio Abunã**

<b>Característica (*) Microbiológica</b>	<b>Unidade</b>	<b>Resultado</b>	<b>Especificação (*)</b>	<b>Método</b>
M32 - CONTAGEM TOTAL DE ENTEROCOCCUS		0,31X10 <sup>2</sup>	-	FDA/Placas
NMP COLIFORMES TOTAIS		11,00	1,1 a 2,2	FDA/ NMP
NMP COLIFORMES TERMOTOLERANTES (FECAIS)		0,15	Ausência 100ml	FDA/ NMP
ESCHERICHIA COLI	UFC	0,04X10 <sup>2</sup>	AUSÊNCIA	FDA/Placas
<b>Característica (*) Físico Químico</b>	<b>Unidade</b>	<b>Resultado</b>	<b>Especificação (*)</b>	<b>Método</b>
ASPECTO	-	<b>Amarelada</b>	Limpida	-
COR	Pt (2)	-	15	-
ODOR	-	<b>Ausente</b>	Não Objetável	-
PH	-	<b>6,3</b>	6,0 a 9,5	-
TURBIDEZ	UT (4)	-	5	-
CONDUTIVIDADE ESP. A 25°	U S / CM	<b>31,2</b>		-
CLORO RESIDUAL LIVRE	Mg/l	-	0,2 a 2,0	-
DUREZA EM Mg	Mg/l	-	< 500	-

Fonte: Laboratório LABOL – Boletim de Análise, 13/11/2006 (Anexo IV)

## 4 Perfil Sócio-econômico

A elaboração do perfil sócio-econômico da comunidade de Fortaleza do Abunã se fez necessária para o melhor conhecimento da população estudada. Por outro o trabalho constituiu iniciativa inédita porque os dados foram levantados com a colaboração dos participantes da Oficina de Sensibilização realizada em 09/06/2006 (1ª. Fase), repercutindo positivamente na comunidade.

Outro aspecto importante e decisivo é o fato de que o conjunto de dados e indicadores obtidos, se adotadas as estratégias e diretrizes sugeridas, permitirão avaliar o desempenho do Distrito, para saber se houve efetivamente desenvolve de forma integral, sustentável.

Deve-se observar que a tabulação e a análise das informações obtidas e adiante apresentadas oferecem uma visão mais próxima da realidade social e econômica da comunidade. Esse fato permitiu a formulação do diagnóstico e as sugestões organizacionais pertinentes ao desenvolvimento do vilarejo.

Além desses dados realizaram-se entrevistas com moradores do local. Foram utilizados, também, dados do IBGE, Censo de 2000, para complementação das informações.

Conforme esclarecido na Metodologia, além do levantamento de interesse econômico e social, durante a Oficina citada, foram transmitidos conhecimentos básicos sobre a atividade turística e o meio ambiente.

Ficou bem definido o conceito de produto turístico e a sua sustentabilidade, conduzindo o grupo ao entendimento da realidade vigente, permitindo que possam opinar tecnicamente sobre os seus próprios interesses.

O levantamento que aqui se divulga passa a integrar fonte permanente de consulta atual e a estudos posteriores.

Deve-se ainda salientar que a tabulação dos resultados da pesquisa, cujas respostas e interpretações encontram-se em seqüência alinhados, são os elementos de sustentação técnica e orientação das Diretrizes, apresentadas no Capítulo 06 desta Dissertação.

#### 4.1 Pesquisa sócio-econômica

A pesquisa social e econômica se desenvolveu mediante a aplicação de questionário, por intermédio dos participantes da Oficina (já mencionada), cujo formulário encontra-se no Anexo II. A mostra realizada teve-se a 34 informantes em igual número de domicílios (moradias), que abrigam cerca de 140 habitantes, radicados na zona urbana do povoado. Para um total de 380 habitantes essa amostra corresponde a aproximadamente 10% da população e igual percentual para a margem de erro, adotando parâmetros correntes neste tipo de pesquisa.

Enfatiza-se o fato de que no primeiro momento foram treinados os 14 participantes da Oficina, na resposta (preenchimento) dos seus próprios questionários, com o acompanhamento do facilitador e do orientador. No dia seguinte esses mesmos participantes atuaram como voluntários, realizando pela primeira vez, um trabalho daquele tipo. Eles entrevistaram outros tantos moradores (vizinhos), completando a mostra com o preenchimento de 34 formulários de pesquisa. A realização da Oficina gerou um Relatório, onde são retratados os resultados dos trabalhos desenvolvidos, com cópia entregue à Coordenação do Mestrado.

O referencial teórico, com os resultados da pesquisa e o diagnóstico em seqüência apresentados oferecem o *corpus* de suporte teórico desta dissertação.



Figura 07 – Participantes da Oficina de Sensibilização – 1ª. Fase (09-06-2006)

Os dados apresentados são provenientes do Relatório da Oficina já citada, cujo original foi entregue à Coordenação do Mestrado, para comprovação do trabalho realizado e inserido no Referencial Bibliográfico desta Dissertação.

## 4.2 Aspectos demográficos

Foi adotada, inicialmente, a informação do IBGE (Censo, 2000), registrando a população do Distrito de F. do Abunã em 380 habitantes. Optou-se por esse dado devido ser decorrente de uma amostra maior: 57 domicílios entrevistados. Devido a proximidade do novo censo tem-se um indicador para comparar na mesma fonte.

Os dados a seguir apresentados foram coletados pelos participantes da Oficina de junho, 2006. A tabulação é do autor, obtendo-se os percentuais em seqüência assinalados:

- a) crianças de 1 a 12 anos: 50, representando, 34,25% do universo;
- b) crianças que estudam: 40, representando 80% do universo;
- d) adolescentes (13/17 anos): 14, representando, 9,5% da população;
- e) adolescentes por domicílios: 0,4 do universo.
- f) Adolescentes: 07 estudam, representando 50% do universo;
- g) média de pessoas por domicilio: 4;
- h) Tempo Médio de Residência: 16 anos. Sendo 9 abaixo de 5 anos; 6 entre 6 a 10; 8 de 11 a 20 e 9 acima de 21. Dois não responderam. Tempo Mínimo: abaixo de 5 anos; Máximo, acima de 20 anos.

### Adultos

- i) Adultos de 18 a 35: 44 pessoas representando 30,14% do total;
- j) Adultos de 36 a 45: 18 pessoas representando 12,33% do total.
- k) Adultos de 46 a 59: 15 representando 10,27% do total.
- l) Desempregados:** pessoas, representando 22,60% do universo;
- m) Acima de 50 anos: 5 pessoas, representando 3,42% do total.
- n) aposentados: 2 (5% da amostra);
- g) Alfabetizados:** 74% da população (IBGE, Censo 2000).

Ao analisar as informações acima conclui-se que os dados têm utilidade atual e, também, a comparações futuras, quando uma nova pesquisa for empreendida.

A população atual é certamente superior ao dado do IBGE, obtido pelo Censo do IBGE, 2000. Como explicado anteriormente optou-se por esse indicador devido a amostra do IBGE haver considerado um número de 57 domicílios. Esse dado facilitará a comparação, quando for realizado o novo Censo, que está próximo.

O índice de analfabetos, 26%, é elevado, comparado com o índice Nacional de 11,6 (IBGE, 2000) e do próprio Estado de Rondônia, com 8,5% (IBGE, 2000);

- É previsível que, futuramente, o analfabetismo venha a ser erradicado da comunidade, porquanto 80% das crianças freqüentam Escolas do ensino Fundamental. Os 20% restantes ainda terão chance de alfabetização, por intermédio de outros programas específicos;

O número de adolescentes, 8,5%, é inferior ao de crianças. Esse detalhe revela a evasão para outros centros à procura de trabalho ou estudo.

A maior parte da população encontra-se entre 18 a 59 anos, onde ocorre o desemprego: 22%. Este é elevado, como em todos os centros populacionais do País. A organização da comunidade poderá reduzir esse índice gradativamente;

Aposentados. O seu número é reduzido (5%), sugerindo que estes geralmente falecem ou se transferem a outros centros, onde possam receber melhores cuidados;

Tempo de Residência. .A média local foi de 16 anos, revelando que parte da população procede de outros locais, por que se a maioria fosse de nativos haveria pessoas com muito mais tempo de residência.

### **4.3 Aspectos econômicos e sociais**

#### **4.3.1 Profissões declaradas**

Nada menos do que 17 profissões foram detectadas na amostra. Certamente outras tantas devem existir, o que revela a diversificação de atividades.

A Tabela a seguir resume a variedade de profissões encontradas, nos domicílios pesquisados.

**Tabela 6 – Profissões e Número de Profissionais**

<b>Profissões</b>	<b>Nº</b>	<b>Profissões</b>	<b>Nº</b>	<b>Profissões</b>	<b>Nº</b>	<b>Profissões</b>	<b>Nº</b>
Aposentado	2	Motorista	1	Autônomo	2	Professor/a	4
Auxiliar de Saúde	1	Operário Industrial	1	Func. Público	2	Do lar	5
Enfermeira	1	Vaqueiro	1	Comerciário	3	Do lar/ Estudante	6
Gari	1	Vendedora	1	Pescador	4	Empresária	1
Professores	4	Professores	2				

Fonte: Pesquisa da Oficina de 09 a 11/06/2006

Da Tabela acima anotou-se que duas professoras com formação superior lecionam na Escola local, Barão do Rio Branco, única do vilarejo. As demais professoras possuem formação de nível médio compatível com o setor de ensino. Com exceção das professoras nenhuma outra pessoa com formação superior foi detectada nesse grupo.

#### **4.3.2 Casa própria ou alugada**

De acordo com a pesquisa a maior parte da população, 85%, mora em casa própria, 9%, residem em casa alugada e o restante em casa cedida; enquanto, 24%, do grupo pesquisado possuem mais de uma casa. O restante não respondeu.

#### **4.3.3 Tipo de moradia – aspectos construtivos**

Existem casas de taipa (3%), casas construídas de alvenaria, cerca de 15% e de madeira, 76%. Deixaram de responder: 4%. Nada menos do que 76% têm cobertura de amianto, 3%, são cobertas de palha e 19% não responderam. Percentuais deste tipo permanecerão registrados para cotejo futuro e avaliação das condições existenciais da comunidade de F. A.

#### **4.3.4 Número de dependências e condições de higiene das moradias**

Foi encontrada a média de 4 cômodos por moradia. Quanto as condições de higiene, 59%, responderam que eram satisfatórias; 24% insatisfatórias e 17% deixaram de responder. Este é um tema a ser revisto em novos estudos, pois um expressivo percentual de informantes teve a coragem de declara que as condições de higiene de suas casas eram insatisfatórias.

#### 4.3.5 Estado civil

Declararam-se casados, 25% e casados com registro: 38%. Outras situações, 13% e solteiros 24%. Esta questão envolve aspectos de cidadania, onde os casais, estando legalmente unidos asseguram direitos à propriedade, à segurança da prole e outras relações cíveis. Registrou-se, ainda a inexistência de viúvos e separados na amostra, sendo um fato de certa forma surpreendente.

#### 4.3.6 Renda da População

Para estudar a renda da população utilizaram-se os dados do IBGE por serem provenientes de uma amostra maior: 57 domicílios entrevistados. Na Tabela da próxima página constata-se que aproximadamente 26% da população vive com rendimento abaixo do salário mínimo, intervalo de  $\frac{1}{4}$  a 1 do salário mínimo legal, com rendimento médio de R\$315,00. Um segundo grupo, 22%, tem uma média entre 1 a 2 salários, com o rendimento médio de R\$619,00; um terceiro grupo situa-se entre 2 e 10 salários, com rendimento médio de R\$1.816,00. Não foram detectados rendimentos entre 10 e 15 salários. A Tabela se encerra com a indicação de duas pessoas na faixa de 15 a 20 salários, apresentando a média de R\$7.000,00. Nesta faixa encontram-se, apenas, duas pessoas, representando, 3,5% do universo pesquisado. Este indicador leva a uma distorção no cálculo da *renda per capita*. Por essa razão optou-se por considerar o total de rendimentos até a faixa de 2 a 10 salários, resultando na renda *per capita* de R\$ 445,00.

#### 4.3.7 Renda futura

Os dados anteriormente analisados revelam-se importantes para se ter uma idéia atual do rendimento médio da população nas diversas faixas em que se desenvolveu a pesquisa. Entretanto a maior valia desse levantamento está na possibilidade de comparação com a nova situação a ser obtida, quando do próximo senso, dentro de três anos. É que a renda da população integra a formação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, cujo calculo é imprescindível acontecer oportunamente. A Tabela da próxima página é elucidativa.

Tabela 07 – Rendimentos da População

Níveis salariais	Pessoas nessa Faixa	Totais Por Grupos	% por Faixa	Salário Corrigido	Total do intervalo	Renda total do grupo	Rendimento médio por grupo
¼ de Salário	0(nihil)			87,50		Nihil	
¼ a ½	1			175,00	175,00		
½ a ¾	4			262,50	1.050,00		
¾ a 1	10	15	26,3%	350,00	3.500,00	4.725,00	R\$315,00
1 a 1, ¼	2			437,50	875,00		
1, ¼ a 1, ½	3			525,00	1.575,00		
1, ½ a 2	8	13	22,8%	700,00	5.600,00	8.050,00	619,23
2 a 3	13			1050,00	13.650,00		
3 a 5	7			1750,00	12.250,00		
5 a 10	7	27	47,4%	3500,00	24.500,00	50.400,00	R\$ 1.866,60
Grupos = 55						Σ = 63.230/55	Renda <i>per capita</i> até este nível: R\$1.149,63
10 a 15	0			0			Nihil
15 a 20	2	2	3,5 %	7.000,00	14.000,00	14.000,00	R\$7.000,00
Amostra	57		100%	Total:	77.175,00		R\$1.353,94

Fonte: IBGE Censo, 2000

Obs: Salário Mínimo da época, R\$150,00; atualizado para R\$ 350,00.

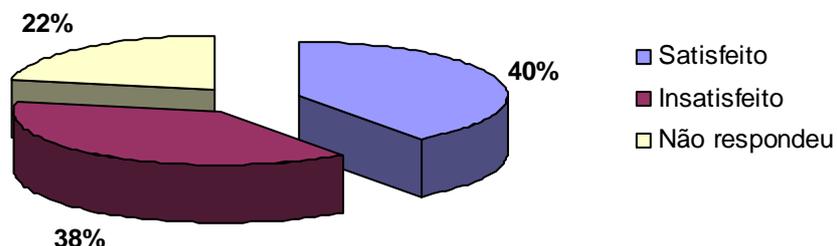
Além dos dados estatísticos foram feitas entrevistas com alguns líderes da comunidade, em particular a Administradora anterior do Distrito.

A Tabela analisada revela, ainda, que, embora o grupo de menor renda apresente um nível abaixo de um salário mínimo (ele grupo) completa a sua sobrevivência com a caça, as criações domésticas, a coleta de frutos da floresta e a pesca artesanal. Esta constatação não significa solução econômica existencial. Esses habilitantes encontram-se próximos da *linha de pobreza*. A renda oculta que provavelmente dispõem, apenas, justifica o fato de que não morrem de fome. A faixa salarial de 0 a ¼ não foi detectada.

#### 4.4 Questões estratégicas

Os dados a seguir estudados demonstram situações que em futuro próximo deverão ser comparadas com os resultados de novas pesquisas permitindo o acompanhamento do desenvolvimento do vilarejo.

#### 4.4.1 Opinião sobre a situação atual do vilarejo – nível de satisfação

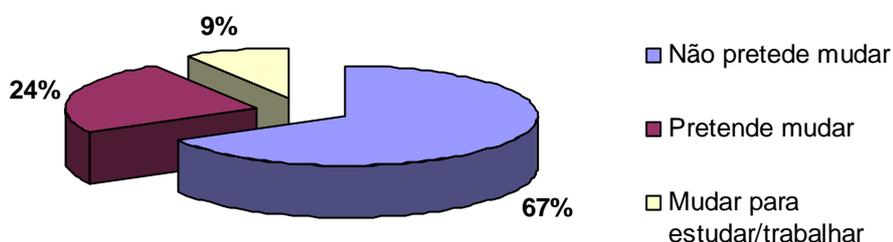


**Figura 08 – Nível de Satisfação dos Habitantes**

Fonte: Pesquisadores da Oficina

Observa-se que a maioria (40%) ainda prefere viver no vilarejo. Entretanto um outro grupo (38%) não está satisfeito. Entre as duas opções ocorre um terceiro grupo que não se pronunciou (22%), evidenciando a necessidade de um “segundo turno”, para refinar a pesquisa.

#### 4.4.2 Qualquer que seja a resposta anterior argüiu-se: pretende mudar-se?

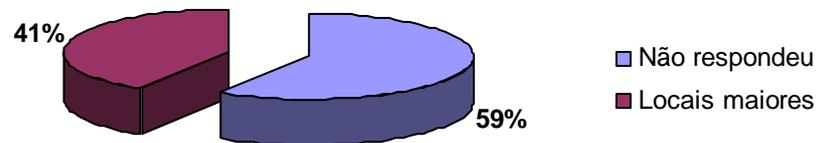


**Figura 09 – Pretensão de mudança para outro local**

Fonte: Pesquisadores da Oficina

Apesar do Distrito não oferecer a curto e médio prazo oportunidades de trabalho continuado, 67% dos entrevistados pretende continuar ali residindo, o que é compatível com o nível de satisfação do indicador anterior. Mas as pessoas começam a pensar em sair à procura de outras soluções existenciais (24%). Há também o interesse de uma minoria pelo estudo ou a demanda por novas oportunidades de trabalho: 9%.

#### 4.4.3 Para onde pretende se transferir?

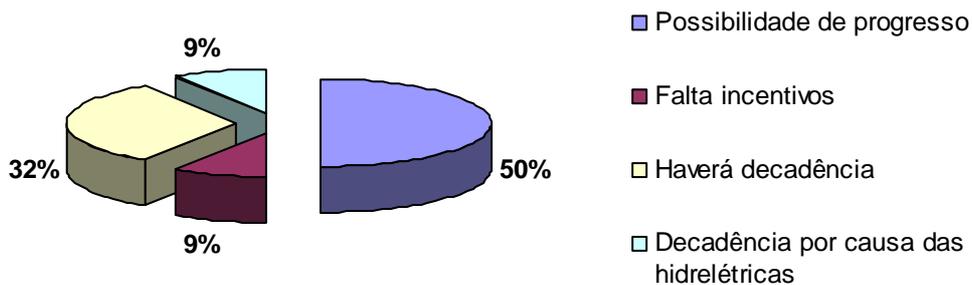


**Figura 10 – Possíveis locais para transferência**

Fonte: Pesquisadores da Oficina

Constatou-se que, infelizmente, a) 59% deixaram de responder, evidenciando a necessidade de uma nova mostra; mas b) 41% declararam que desejavam se transferir a destinações diversas, mencionando Porto Velho, Vista Alegre (Distrito vizinho), Rio Branco e até Salvador.

#### 4.4.4 Qual a sua opinião sobre o futuro do Vilarejo?



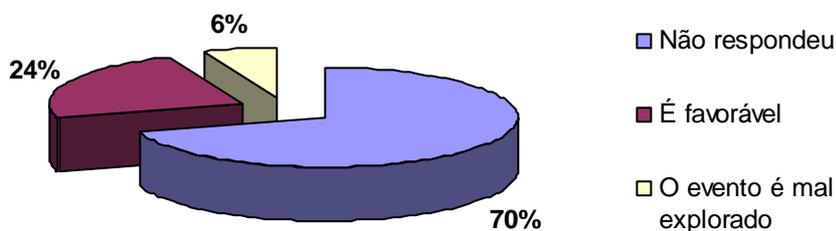
**Figura 11 – Opinião sobre o Futuro do Vilarejo**

Fonte: Pesquisa da Oficina, junho, 2006

As respostas manifestam que ainda há otimismo, quando, a) 50%, da população vê possibilidade de haver crescimento, “progresso”, enquanto, b) 9%, alegam falta de incentivos. Mas uma minoria expressiva, c) 32%, alerta: *se continuar de braços cruzados haverá decadência* (Oficina, 2006). Afinal, 9%, acreditam que a construção das hidrelétricas do Madeira provocará a decadência do vilarejo. Há indícios de que a população esteja dividida. Essa dúvida será esclarecida nas próximas questões.

#### 4.4.5 A Comunidade opina sobre o festival de praia

a) Qual a sua opinião sobre o Festival de Praia?

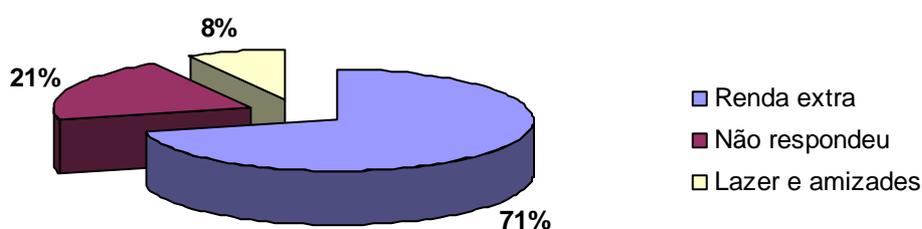


**Figura 12 – Opinião sobre o Festival de Praia**

Fonte: Relatório da Oficina, junho, 2006

Nada menos do que 70% dos entrevistados deixou de responder esta questão. É necessário rever essa tendência até se chegar a uma decisão definitiva com maior representatividade da comunidade. Entretanto, nota-se que 24% são favoráveis ao Festival, quando indicam que 50% da economia do vilarejo depende do evento; 6% alega que a população não sabe aproveitar o evento.

b) Que benefícios pessoais que o Festival de Praia oferece?



**Figura 13 – Benefícios do Festival de Praia à Comunidade**

Fonte: Relatório da Oficina, junho, 2006~

Mais uma vez a população demonstra a sua tendência favorável ao Festival, declarando: (a) 71%, afirma que o evento traz benefícios, renda extra; entretanto, 21% deixaram de se manifestar e 8% disseram que oferece lazer e amizades. Uma pessoa se manifestou afirmando que o evento nada oferece de compensação ao vilarejo.

c) Que prejuízos o Festival causa ao povoado?

As manifestações dos entrevistados foram tantas e tão contundentes, que se decidiu transcrevê-las do Relatório da Oficina (2006, p.35), em vez de resumir em gráfico. São pronunciamentos que ficam para posteridade:

Sujeira, principalmente dos barraqueiros / Causa as poluição e a sujeira / Causa muito sujeira / Danificação ao meio ambiente / Deixam tudo poluído fica muito sujo / Falta de Higiene / Fica muito poluído / Muita sujeira / O lixo / O lixo que fica depois do festival / O lixo que fica na cidade / O meio ambiente / Poluição / Poluição da praia / Poluição do Meio Ambiente / Poluição tanto na praia como na cidade / Poluição tanto na praia como nas ruas / Pró meio ambiente porque muito lixo nas ruas , etc. / Quando eles vão embora deixam muito lixo / Quando os turistas vão embora deixam muito lixo jogado na praia / Sujeira, poluição / Trazem muita poluição sonora e lixos indesejáveis – 24 (70%)

Eu acho que não causa prejuízo somente aumenta a população / Não causa prejuízo / 3 Nenhum / nenhum prejuízo – 6 (18%); muito – 1 (3%)

Não chegamos a ter prejuízo sério, só que temos um problema, devido a nossa localidade não ter infra-estrutura de apoio ao turismo suficiente para receber todos os turistas. A vila fica suja, as pessoas defecam nas localidades de atrações, como na cachoeira, praia e até mesmo dentro do rio. E isso pode trazer sérios casos de doença já prejudicando nossa saúde. – 1 (3%)

Só a poluição, mas é um evento anual e tudo isso compensa / muito prejuízo a maioria das pessoas vivem do turismo – 2 (6%)”d) Outras opiniões sobre o Festival?

Acho bom / Bom / É muito bonito e alegre / É muito legal por que vem bandas tocar aqui / É uma época de alegria e lazer para todos / Eu acho bacana, a praia, as pessoas, se divertindo no distrito que é nosso / Não deveria acabar nunca / O festival e bom para os moradores de Fortaleza do Abunã / Que melhore mais / Que tenha todos os anos / Só atrai os turistas com bacana atrai as pessoas embeleza o nosso lugar / Trás muitas coisas boas – Positivo – 12 (38%)

Deveria ter três festivais durante a temporada da seca. Um em 06/08; 07/09 e 15/10 de cada ano, durante cada festival três dias / Mais eventos / Muito bom precisamos de mais eventos; espero que seja cada vez melhor 3 (9%).

Gostaria que as autoridades do local deixar-se nosso distrito mais arrumado, mais limpo para receber-nos nossos visitantes / Mais incentivos / Mais investimento / Mais limpeza / O festival de praia é um evento importantíssimo para nós. E pra ficar melhor tem que haver melhor organização dos governantes e da comunidade. – Melhorias e providencias – 5 (15%)

Na minha opinião, o festival deveria trazer mais turistas, nos últimos tempos está sendo muito pouco freqüentado – 1 (3%); Não – 1 (3%).

A seguir destaca-se mais uma opinião que merece reflexão:

Outras pessoas de fora vêm trabalhar aqui, tirando a prioridade de a população local trabalhar no festival / Proibir acampamento na praia, no

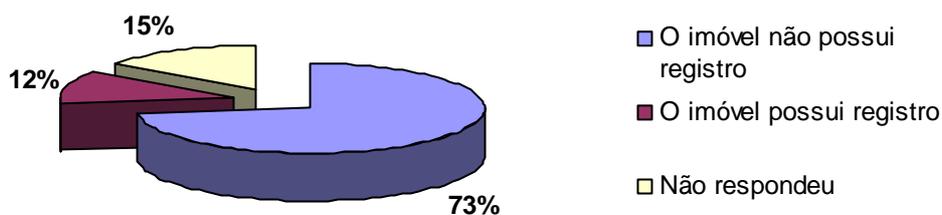
lado brasileiro, pois é muito pequena a faixa de areia – 2 (6%) Sem resposta – 8 (26%).

Deve-se observar, também, que as respostas sombreadas, embora com percentual reduzido foram consideradas de grande importância para o planejamento, que deverá ocorrer oportunamente.

É muito sério o resultado desta avaliação. Do total pesquisado 70% concordam que o Festival acarreta muitos impactos negativos ao vilarejo, destacando-se a questão do lixo, como fato de maior relevância negativa. Mas apesar da manifestação contrária ao Festival, ainda ocorre uma opinião favorável ao evento. Nada menos do que 38% são favoráveis ao Festival de Praia. Oportunamente todos esses fatos deverão ser reavaliados em conjunto com a comunidade. Mas, o importante é que se tem uma expressão nítida de que o evento é nocivo. Houve o aporte de idéias interessantes que, tecnicamente, podem contribuir para atenuar os impactos ao meio ambiente e à cultura local.

Seguem-se outras tantas questões formuladas, com a tabulação transcrita diretamente, para maior clareza dos resultados.

#### 4.4.6 Registro de imóveis

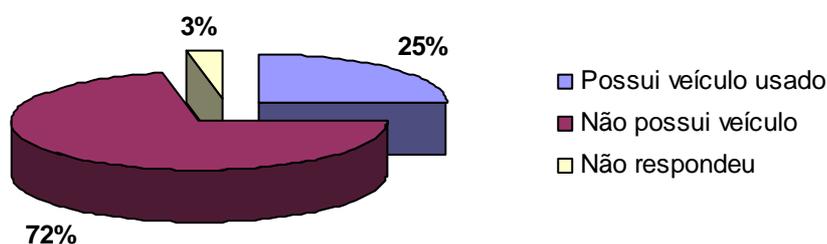


**Figura 14 – Registro de Imóveis**

Fonte: Relatório da Oficina, 2006

A maior parte da população (73%) não possui registro dos seus imóveis, enquanto 12% tinham registro e 15% não responderam. Esse é um fato aparentemente sem importância, entretanto sabe-se que a falta de legalização das propriedades influi na noção de cidadania e representatividade civil. Agora que a Prefeitura lançou um Programa para legalização das propriedades os cidadãos passam a ter oportunidade de legalizar os seus imóveis.

#### 4.4.7 Possui veículo? Novo ou usado?

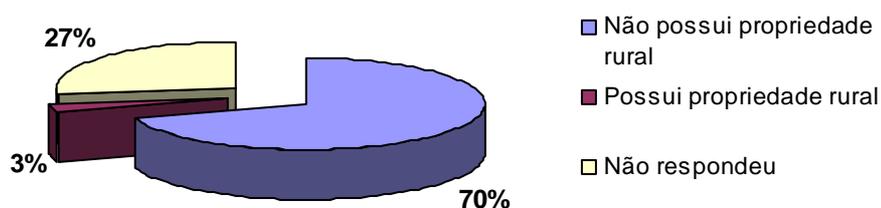


**Figura 15 – Propriedade de Veículos**

Fonte: Oficina, junho, 2006

A propriedade de veículos indica status social. A pesquisa revelou a existência de 8 pessoas (25%) do universo que são proprietárias de veículos. Mesmo que tenham declarado que são veículos usados é um fato a considerar pela representatividade. Numa nova pesquisa há que se associar a posse de veículo com a atividade do proprietário. O restante da população (73%) não possui veículo. Uma pessoa não respondeu.

#### 4.4.8 Possui propriedade (s) rural (ais) ou sítio(s)?



**Figura 16 – Posse de Propriedades Rurais**

Fonte: Oficina de junho, 2006

Constatou-se que 70% da população não possuem propriedades rurais, 27% deixaram de responder e 3%, uma pessoa, declarou possuir uma propriedade;

#### 4.4.9 Propriedades existem com mais de 150 ha.

Foram detectadas três propriedades com mais de 150 ha. Mas a maior parte

dos entrevistados, 97%, declarou que desconhecia o número de propriedades rurais.

Todas as questões estudadas são importantes. Neste caso, por exemplo, dentro de um prazo de três a cinco anos será interessante saber como transcorreu o comportamento fundiário da população. A área das propriedades rurais cresceu ou diminuiu? Que tipo de cultura ou atividade é preponderante.

No momento as propriedades são totalmente voltadas à pecuária. Exceto a pedreira que se dedica à indústria extrativa de granito.

Outra informação registrada foi a ausência de informação sobre propriedades com mais de 1000 Hectares.

## **4.5 Os Produtos da floresta**

As próximas respostas oferecem uma idéia da riqueza, que poderá ser obtida com a exploração sustentável da biodiversidade, fazendo o manejo do meio ambiente. A relação foi elaborada de memória pelos participantes da Oficina. Se houver uma pesquisa de campo, a relação certamente aumentará, pelo menos em 30%.

### **4.5.1 Produtos da floresta, obtidos por coleta**

Faz-se a seguir a transcrição do Relatório da Oficina de 09/06/2006, para melhor entendimento e especificações das diversas ocorrências assinaladas:

Açaí – 22  
 Biribá – 1  
 Buriti – 13;  
 Bambu;  
 Cabaça  
 Cacaú do mato – 1  
 Cacaol – 2  
 Caróços p/ a produção de bijuteria - 1 [Por caroço entender semente]  
 Castanha – 13 [Corresponde a castanha do Pará]  
 Cupuaçu – 1  
 Jatoci – 1)  
 Macaba / Abacaba – 2  
 Óleo da copaíba – 1  
 Ouriço da castanha, utilizada em várias aplicações;  
 Palmito – 9  
 Palmito de açaí – 2  
 Patar – 1  
 Patoás – 3  
 Plantas medicinais – 1  
 Pupunha – 2

Tucumã – 1  
 Café / Milho / Abacaxi / Limão – 1  
 Muitos outros / outras – 3  
 Sem resposta – 1

Obs.: Os números anotados em cada espécie referem-se ao número de vezes, que os produtos foram mencionados pelos participantes da Oficina.

#### 4.5.2 Produtos da pesca artesanal – espécies encontradas

Dourado – 3  
 Filhote – 2  
 Jandiari – 1  
 Jatuarana – 28 - abril a maio / período impróprio na época da desova  
 Jaú – 4  
 Pacú – 12 - dez. a fev./ 2 março a maio  
 Pescada – 7  
 Pintado - 1  
 Piraíba – 2  
 Pirapitinga – 8  
 Pirarucu – 21 - março a maio  
 Piau – 5  
 Surubim – 14  
 Tambaqui – 9 - março a maio  
 Traíra – 1  
 Tucunaré – 7

Deve-se observar que tanto para os produtos da floresta quanto da pesca existem períodos sazonais de coleta ou pesca.

Registra-se também que não foram mencionadas as espécies da caça obtidas na floresta. Sabe-se que a caça, como atividade utilizada para a subsistência é pouco praticada, mas ainda ocorre. E não foram obtidos dados sobre a caça ou a pesca esportiva.

#### 4.5.3 Opções de produção alternativa

A transcrição foi literalmente feita. (Relatório Oficina, 2006):

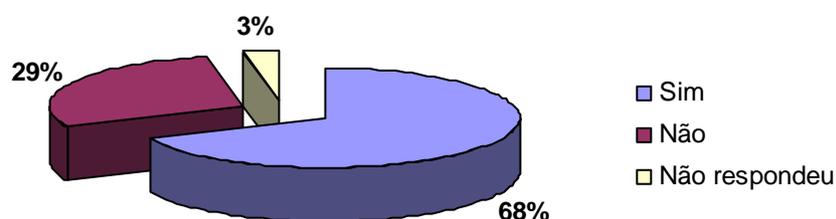
Artesanato / Gostaria de ter uma escola – 8 (24%)  
 Crochê – 1 (3%)  
 Floricultura / Somente com floricultura – 4 (12%)  
 Criação de peixe / Criação de peixes em viveiros artificiais – 11 (33%)  
 Criação de uma praia artificial – 1 (3%)  
 Sem resposta – 15 (45%)

A memória dos participantes da Oficina foi demonstrada nas informações sobre os Produtos da Floresta e da pesca artesanal.

Nas opções de produção alternativa vale salientar a manifestação pela criação de peixes em viveiros. Destaca-se, também, a idéia da construção de uma praia artificial. Trata-se de uma idéia única, mas que revela descortino. A construção de uma praia artificial possibilitaria o uso do Rio, mesmo no período da cheia ou se a praia atual que se forma na estiagem for submersa pelo represamento das águas do Abunã, em consequência da constrição das hidrelétricas no Madeira.

As idéias apresentadas crescerão consideravelmente, quando forem empreendidas novas pesquisas e identificadas outras oportunidades econômicas.

#### 4.5.4 Gostaria de adaptar a sua casa para receber visitantes?



**Figura 17 – Adaptação da moradia para receber visitantes**

Fonte: Relatório da Oficina de junho, 2006

Observou-se o interesse de 68% da população em participar a da locação de dependências de suas casas, enquanto 29% responderam que não tinham interesse e uma pessoa nada respondeu.

Este questionamento teve por objetivo avaliar o interesse da população em participar do sistema de hospedagem, para complementação da oferta técnica. Verificou-se que a população já participa do Festival de Praia, alugando dependências de suas casas, para visitantes. Essa tendência persiste. Porém, o processo há que ser melhor organizado, para o bom relacionamento oferta/demanda. Poderá ser uma das tarefas da Instância Gestora local, inserida nas sugestões das Diretrizes para o Desenvolvimento.

É perfeitamente viável adotar na localidade um programa utilizado em outros centros urbanos, onde a comunidade participa do sistema de hospedagem, conhecido por Cama e Café (Bad & Breack-fest). Nesse sistema os domicílios interessados recebem orientação do Órgão Oficial de turismo, quanto a qualidade

dos serviços que serão oferecidos, orientando e articulando a demanda no seu relacionamento com a oferta.

#### **4.6 Projetos em potencial**

Enquanto o turismo representa uma importante fonte de renda outras tantas possibilidades de suporte econômico em Fortaleza do Abunã e no seu entorno. Caberá à instância gestora sugerida nas Diretrizes assumir a articulação de ações pertinentes aos demais segmentos da economia e da organização social, a fim de incentivar diversas vocações latentes.

Para exemplificar, no tocante a iniciativas econômicas viáveis, existe a possibilidade de implantação a curto prazo de um projeto para criação de peixes, utilizando o processo de tanque rede. Esse projeto foi identificado pelos participantes da Oficina de 06/06/2006. Além de reduzir a pesca predatória contribui para a alimentação da própria população e aumento da renda, porquanto os excedentes poderão ser colocados nos restaurantes e mercados de distritos mais próximos.

Outra oportunidade importante que se menciona é o aproveitamento de resíduos da floresta para a produção de instrumentos musicais de percussão, que alcançam bom preço no mercado externo (Rodrigues, 2004). A coleta desses resíduos não causa praticamente dano à floresta porque a sua conversão local é insignificante.

Apresentam-se fotos de alguns desses instrumentos, confeccionados com resíduos da floresta amazônica, exportados para outros países. Observe-se o preço de atacado e varejo no exterior.



### Maracá

**Your Price:** \$64.95 (plus shipping)  
*Suggested US Retail:* \$114.95 *You save 44%*



### Reco-reco, 'Amazon Shuffle'

**Your Price:** \$58.95 (plus shipping)  
*Suggested US Retail:* \$95.95  
*You save 39%*



### Agogo percussion, 'Forest Spell'

**Your Price:** \$48.95 (plus shipping)

**Figura 18 – Instrumentos confeccionados com resíduos da floresta**

Fonte: [www.novica.com](http://www.novica.com)

Atualmente, uma empresa localizada no Rio de Janeiro vem adquirindo matérias primas da Amazônia, processando e comercializando os produtos acabados no mercado internacional.

De outro lado deve-se enfatizar que todos os insumos empregados na confecção dos citados instrumentos são encontráveis nos trechos de floresta remanescentes no entorno do vilarejo, embora já distanciados, como foi dito anteriormente.

## 4.7 Retrospectiva necessária

O levantamento sócio-econômico cuja apresentação se encerra neste Capítulo oferece uma visão atual, tanto quanto possível, próxima da realidade do

vilarejo de Fortaleza do Abunã.

Sem embargo considerou-se relevante proceder a uma visão retrospectiva sobre dois cenários já vividos e conhecidos, que poderão projetar um porvir não muito distante, para a situação presente aqui estudada.

São dois cenários contíguos, separados pelo rio que estabelece o limite geopolítico entre Fortaleza do Abunã e o território boliviano, na margem oposta à fronteira brasileira. Nesse local, onde a exuberância da floresta, cortada por um mesmo rio, ocorreram formas distintas de uso do solo. A floresta no início era única, a produzir os mesmos frutos e produtos. Mas a fronteira demarcou os limites políticos dos dois países.

Do lado brasileiro chegou o “progresso” e grandes áreas foram desmatadas para abrir espaços à pecuária. Diversas culturas tradicionais foram eliminadas e agora estão distantes. São raras as castanheiras: chegou tarde a Lei que as preservou. O açaí, o palmito, a pupunha e tantos outros produtos de uso sustentado tiveram o mesmo fim. Com estes foram dizimados espécimes preciosos da biodiversidade.

Enquanto isso a floresta do lado boliviano, por decisão cultural ou por que a população nesse local é rarefeita, encontra-se praticamente preservada. Este é o cenário sobre o qual se requer oportuna e ponderada reflexão, ao se projetar o futuro de comunidades como Fortaleza do Abunã.

Ainda no mesmo local outro acontecimento chamou a atenção do pesquisador, quando esteve no Distrito de F. A. Atualmente vem da Bolívia grande parte da castanha, do açaí e outros produtos, adquiridos por comerciantes brasileiros, que sobem o Rio Abunã.

A produção de castanha vinda da Bolívia, comprada pelos brasileiros é exportada ao País vizinho, via Guajará-Mirim, para que seja beneficiada em Ribeiralta e reexportada ao exterior. Os empresários brasileiros explicam o fenômeno, alegando que a carga tributária no Brasil impede que o beneficiamento seja aqui realizado e levado a competir no mercado externo. Tem havido também a compra de castanha para beneficiamento do Estado do Acre. E a produção anual é inferior a 15 toneladas / ano (pesquisa direta do mestrando).

Fatos dessa ordem, e são tantos, precisam ser analisados e solucionados, com medidas adequadas, racionalizadas, com apoio legal, para que as populações menos favorecidas possam reconstruir positivamente a sua realidade.

A seguir apresenta-se uma foto com imagem de interesse turístico, em Fortaleza do Abunã: o casarão da família Alencar, que integra o patrimônio histórico do local. Esse casarão necessita ser restaurado, pois foi um empório importante da vida comercial do vilarejo. Essa memória não pode ser descartada e a proprietária, D. Santinha, que ainda vive tem muito que relatar sobre acontecimentos de uma tradição, cujo resgate é inadiável.



**Figura 19 – Vista parcial do casarão da família Alencar**  
Fotos: J. Anchieta – junho, 2006

# 5 Diagnóstico, Estratégia e Diretrizes

A Oficina de 1ª. Fase (09/06/2006), cujo Relatório foi aprovado na Oficina de 2ª. Fase (4 a 5 de outubro, 2006) ofereceu múltiplos resultados, que permitiram a formulação do presente diagnóstico, a estratégia e as diretrizes que se seguem.

Após o processo didático o grupo de participantes procedeu a uma detida análise sobre as condições econômicas, sócias, ambientais e turísticas do Distrito. Dessa avaliação resultaram as Tabelas a seguir reproduzidas:

Foram analisados os atrativos existentes e, segundo a opinião média do grupo, outorgada uma nota de zero a dez, quanto a valorização de cada item:

**Tabela 08 – Fortalezas – Aspectos Relevantes**

Aspectos Relevantes	Nota de zero a dez										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Atrativos naturais											
Atrativos históricos, culturais.											
Eventos periódicos, Eventos folclóricos (qualidade);											
Potencialidade turística do entorno;											
Diversidade biológica											
Acesso ao Distrito											
Superávit de energia elétrica											
Abastecimento de água encanada em 99 % dos domicílios											
Surgimento de organizações civis de turismo / outras											
Rede hoteleira (Q/Q*);											
Restaurantes e bares Q/Q											
Agência de viagens											
Cursos profissionalizantes na área de turismo (SENAC/ SEBRAE/ SEST/SENAT/ABAV											
Áreas protegidas definidas											
Existência de Órgãos ambientais voltados para preservação (IBAMA / SED1AM / SEMMA)											
Está inserido no PROECOTUR											

Fonte: Oficina: (09 a 11/06/2006), ratificada em outubro, 2006  
Q/Q = quantidade e qualidade

Os problemas que comprometem o desenvolvimento do turismo local foram avaliados numa escala de 0 a 10, quanto a existência ou intensidade em que ocorrem no Distrito.

**Tabela 09 – Ambiente Externo – Gravidade**

Aspectos relevantes	Nota de zero a dez										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
<b>Políticas Públicas</b>											
Política municipal para desenvolver o turismo											
Órgão municipal de turismo											
Vontade política											
Turismo nas escolas de ensino fundamental;											
Órgão Distrital de Desenvolvimento											
<b>Envolvimento da Comunidade</b>											
Envolvimento da comunidade;											
Organização do empresariado;											
Articulação do empresariado turístico;											
<b>Crédito</b>											
Financiamento para empreender;											
Documentação dos empresários para obter o financiamento; (difícil)											
<b>Informação</b>											
Disponibilidade de informações para a comunidade e para o mercado;											
Levantamento técnico do potencial turístico											
Informação sobre a demanda turística											
<b>Marketing</b>											
Divulgação da importância sócio econômica do Turismo											
Qualidade do Produto Turístico											
<b>Capacitação</b>											
Profissionalismo empresarial											
<b>Infra-estrutura</b>											
Infra-estrutura turística (qualidade)											
Conservação do patrimônio Turístico											

Fonte: Relatório da Oficina -. Fortaleza do 09 a 11/06/2006

O processo de análise adotado, mediante indicativos da metodologia do PNMT/ZOOP oferece a vantagem de pronta referência às diversas situações ou tendências que se apresentam no Distrito, pela clareza da sua interpretação.

Ao serem identificadas as principais ameaças, que poderão prejudicar o Distrito, os participantes estabeleceram uma ponderação de 0 a 15, quanto a intensidade ou periculosidade das mesmas, resumidas na Tabela que se segue.

Tabela 10 – Ameaças

Aspectos Relevantes	Ponderação de 0 a 15															
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
Instabilidade Econômica																
Política social deficiente (má distribuição da renda)																
.Retomada da inflação																
Ações governamentais futuras para promoção do turismo																
Transição de governo estadual e federal																
Crescimento da violência																
Alto índice de violência																
Tráfico de drogas e armas, contrabando;																
Degradação do meio ambiente;																
Saneamento básico precário (esgoto,)																
Degradação dos atrativos turísticos																
Desmatamento, queimadas																

Fonte: Oficina: de 09 a 11/06/2006.

Em seguida foram Analisadas as oportunidades mais relevantes, ponderadas numa escala de 1 a 10 de acordo com a próxima Tabela.

Tabela 11 – Oportunidades

Aspectos Relevantes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Turismo de Negócios (gasoduto, hidrelétricas, pontes etc.)										
Implantação da hidrovia do Rio Madeira										
Existência de programas e projetos Federais (PROECOTUR, PNMRT)										
Inserção no Mercoeste										
Crescimento da atividade eco- turística										
Utilização das reservas extrativistas federais para o desenvolvimento de turismo ecológico										
Prestígio internacional da Região Amazônica										
Interesse pela pesquisa da biodiversidade										

Fonte: Oficina (9/06/2006)

### 5.1 Oferta turística local – levantamento sumário

O levantamento da Oferta Turística ou Patrimônio Turístico segue mais uma vez o modelo do PNMT/ZOOP adaptado à realidade local.

É sabido que a metodologia da EMBRATUR, inspirada nos Estudos da Organização dos Estados Americanos – OEA oferece um roteiro assaz detalhado,

para o levantamento da Oferta Turística. Sem embargo, deixou-se de aplicar a citada metodologia, nesta oportunidade, devido ao pequeno espaço turístico estudado. Por essa razão decidiu-se aplicar o processo sumário do PNMT.

Com esta decisão foram obtidas as informações em seqüência apresentadas.

### **5.1.1 Atrações - manifestações populares e religiosas**

Procissão de São Sebastião;  
Carnaval; Festas Juninas (quadrilhas);  
Corpus Cristi; Festa de N. S. Aparecida.  
Festival de Praia de Fortaleza do Abunã

### **5.1.2 Atrativos naturais**

Trilhas;  
Rio Abunã;  
Praias (época da estiagem);  
Cachoeira e corredeiras;  
Sítio arqueológico.

### **5.1.3 Atrativos histórico/culturais**

Pedra do Amor;  
Santinha à margem da cachoeira (oratório / promessas);  
Casarão da família Alencar;  
Casarão Centenário.

## **5.2 Equipamentos e serviços**

### **5.2.1 Meios de hospedagem**

Os meios de hospedagem, que receberam a designação de Pousadas, seguem de modo geral aspectos construtivos rústicos, com bases de alvenaria e paredes divisórias de madeira, devido a grande oferta desse material nas proximidades. Para se ter uma idéia sobre a preferência do uso da madeira basta

saber que no Distrito de Vista Alegre, a 50 km de F. do Abunã existem 25 serrarias, dedicadas ao beneficiamento desse material. A razão é, portanto econômica, mas não proporciona o conforto esperado, porque a temperatura interna nas unidades habitacionais torna-se elevada, exigindo o intenso uso de aparelhos de ar condicionado.

Um dos aspectos positivos das pousadas é que a maioria delas oferece banheiros privativos, embora desprovidos de divisórias para os chuveiros (boxes).

A Tabela que se segue resume os equipamentos disponíveis.

**Tabela 12 – Meios de hospedagem**

<b>Nomes da Pousadas</b>	<b>UHS com ar Condicionado</b>	<b>Total de UHS</b>
Pousada Aldair	03	03
Pousada Central	05	10
Pousa das Pedras	13	13
Pousada Rio Negro	04	16
Pousada dos Reis	06	13
Pousada Renascer	02	14
Pousada Loanda	03	14
Pousada Ingá (somente no festival)	02	10
Pousada Zé Buchinho.(somente Festival)	03	03
Casas Particulares (somente no festival)	00	20
<b>Oferta Total</b>	<b>41</b>	<b>116 uhs</b>

Fonte: Oficina em 09/06/2006 – Pesquisa Direta dos participantes.

Nesse contexto observou-se a cultura local em que nenhum dos empreendimentos inclui na diária o café da manhã (desjejum). Este deve ser tomado num dos restaurantes existentes nas proximidades.

As diárias cobradas variam de R\$25,00 (na maioria) e R\$45,00 na Pousada das Pedras. Na época do Festival esse preço eleva-se a mais de R\$60,00, podendo sofrer variações.

### **5.2.2 Alimentação**

Na mesma linha de rusticidade há bares e restaurantes, onde se destacam:

Bar e Restaurante Casa Branca (Edmilson);

Bar e Restaurante Mirante (Douglas e Penha);

Restaurante Ingá (funciona somente no Festival);

Restaurante Comida Caseira (Matilde);

Restaurante Arco Íris ( somente no festival)

Obs: Uma refeição (porção para duas pessoas) custa em média de R\$ 14 a R\$18,00. Enquanto o café da manhã é de aproximadamente R\$6,00.

### **5.2.3 Esporte e Entretenimento**

Casa de Dança (Associação dos Moradores);

Campo de Futebol.

## **5.3 Infra-estrutura de Apoio**

### **5.3.1 Sistema de comunicação**

Cinco telefones públicos, instalados em locais estratégicos possibilitam ligações da área urbana para quaisquer outros centros do País. A Brasil TELECON está disponibilizando linhas diretas aos domicílios. Alguns moradores já adquiriram.

### **5.3.2 Serviços urbanos**

Sistema de saneamento (esgotamento sanitário): Não existe;

Sistema de distribuição de energia elétrica atende 99 % dos domicílios servidos;

Sistema de abastecimento de água atende 99 % da população;

Coleta de lixo atende a 60 % da área urbana do Distrito (dois garis);

### **5.3.3 Segurança, saúde e educação**

Estes três itens foram detalhados no Capítulo 4 – sobre o Distrito de F.A.

### **5.3.4 Transporte intermunicipal**

Uma linha de ônibus da empresa TEKLATUR serve ao Distrito, com três frequências semanais: F do Abunã (FA) a Porto Velho (PVH), às 2ª - feira; 5ª. - feira e sábado; PVH a FA: 4ª. feira; 6ª.- feira e domingos. No período do Festival as frequências são modificadas.

## **5.4 Demanda turística**

### **5.4.1 Modalidades de Turismo**

Constataram-se as seguintes modalidades:

- a) Eventos: O Distrito já acumulou tradição nesse tipo de produto, particularmente com a festa da padroeira local, as festas juninas e o famoso e discutido Festival de Praia;
- b) Pesca Esportiva: ocorrência discreta;
- c) Ecoturismo, Turismo ecológico: existe o potencial, mas nenhuma prática organizada;
- d) Turismo de Lazer: ocorrência discreta

### **5.4.2 Procedência do fluxo turístico**

De acordo com entrevista junto aos empresários hoteleiros o fluxo turístico tem as seguintes origens:

- a) Municipal – predominam visitantes do próprio município (Porto Velho);
- b) Estadual – discreto;
- c) Regional – do Acre, em expansão;
- d) Nacional - Sul/Sudeste: potencial;
- e) Internacional (América Latina/Europa/EUA) – potencial, futuro distante.

### **5.4.3 Periodicidade do fluxo**

O fluxo de visitantes ocorre nos seguintes períodos:

- a) Nos meses de férias escolares, fins de semana e feriados prolongados, fluxo discreto;
- b) A maior movimentação acontece no período da estiagem de julho a novembro.

### **5.4.4 Demanda potencial para seguintes modalidades**

Turismo da 3ª Idade, Pesquisa científica, Aventura; Religioso; Ecoturismo, Turismo Ecológico, Turismo de lazer.

## **5.5 Aspectos complementares**

O Distrito encontra-se inserido nos seguintes Programas:

PROECOTUR / PPG7 / PNMRT (sucessor do PNMT);

Programa Brasileiro Para Melhor Idade e Comunidade Ativa (DLIS);

RAC – Programa . Artesanato (SEBRAE);

Educação Ambiental/ SEDAM /IBAMA;

PRONAGER / FAS / PRONAF;

## **5.6 Mão-de-obra – capacitação e aperfeiçoamento**

A população economicamente ativa (PEA) é receptiva a participar de treinamentos que venham a se realizar e que possam ser promovidos, com apoio do SESC/SENAC e SEBRAE, IATERMUND, entre outras instituições.

## **5.7 Legislação**

Os interesses do Distrito no desenvolvimento do turismo poderão ter abrigo ou beneficiar-se das Leis, Planos, Programas e Projetos existentes, citando-se os principais:

- a) Federais

Plano Nacional de Turismo – Ministério do Turismo.  
 Política. Nacional. Recursos. Hídricos - Lei nº 9433/97 -  
 MMA – Cria PROECOTUR / MIC;  
 Resoluções CONAMA;  
 Lei 8181/91 – modifica EMBRATUR;  
 Lei de proteção às matas ciliares;  
 Lei de regulamentação dos agentes de viagens;  
 Leis: Transportadoras; Guia de Turismo; Meios de hospedagem.

#### b) Estaduais

Lei Estadual dos. Recursos. Hídricos 255/02;  
 Legislação Estadual sobre Resíduos Sólidos;  
 Lei de criação da SETUR;  
 Lei de criação de Unidades de Conservação;  
 Lei de zoneamento do Estado;

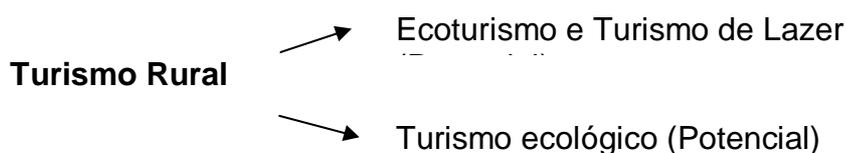
#### c) Municipais

Lei de criação do Conselho Municipal de Turismo;  
 Lei de criação do Fundo para Desenvolvimento do Turismo;  
 Lei de criação da SEMDES  
 Lei Complementar 138/01 – Código Meio ambiente;  
 Lei de Criação da SEMMA -119/01.

## 5.8 Estratégia Proposta

Diante dos fatos analisados foi proposta uma estratégia para organizar a oferta, visando promover prioritariamente os seguintes segmentos do turismo:

### 5.8.1 Turismo rural



### 5.8.2 Turismo de eventos (em andamento)

Há que se procurar segmentar a demanda nessa modalidade, evitando a concentração num período único. Deve ser analisada, também, a possibilidade de modificar o Festival de Praia, para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente: excesso de lixo, poluição sonora, desordem no tráfego, entre outros.

Ao pretender alcançar esses propósitos o grupo identificou um elenco de projetos e atividades mínimas, visando iniciar o processo de desenvolvimento do turismo sustentado, em harmonia com a conservação do meio ambiente.

### 5.9 Diretrizes para o desenvolvimento do turismo sustentável

Após detida análise das informações levantadas, o Mestrando (Facilitador do PNMT), e o Professor Orientador juntamente com os participantes da Oficina (Correia, junho, 2006), avaliaram Diretrizes técnicas que poderão ser adotadas no Distrito.

Tais providências devem ser articuladas e executadas, com apoio de diversas instituições. Essas Diretrizes representam um primeiro passo ao atendimento do objetivo aprovado no início na referida Oficina, coerentemente com os propósitos desta Dissertação.

#### 5.9.1 Diretrizes para o desenvolvimento sustentável (Tabelas 13 a 18)

**Tabela 13 – Engajamento da comunidade no processo de desenvolvimento do turismo**

<b>Projetos e atividades</b>	<b>Resultados esperados</b>	<b>Período estimado para execução</b>	<b>Setores responsáveis a contatar para execução</b>	<b>Outros envolvidos na execução</b>
Realizar mutirões de limpeza nos atrativos turísticos	Atrativos turísticos limpos, bem apresentados.	Semestralmente	Comunidade / Associação dos Moradores	A Identificar
Realizar oficinas de sensibilização para toda a comunidade	Ampliar a mobilização da comunidade para o desenvolvimento sustentável	Anualmente	Comunidade / Associação dos Moradores	CMTUR/ SEMDES/ SETUR
Elaborar um projeto de educação informal para o turismo	Projeto Elaborado e Implantado	Anualmente	Comunidade / Associação dos Moradores	MT/ CMTUR/ SEMDES/ SETUR
Envolver os cursos de turismo no processo de sensibilização para o turismo	Faculdades de Turismo envolvidas, estagiários e voluntários participando.	Anualmente	Comunidade / Associação dos Moradores / Faculdades de Turismo	CMTUR/ SEMDES/ SETUR

Tabela 14 – Imagem da destinação turística

Projetos e atividades	Resultado esperado	Período estimado para execução	Setores responsáveis na execução	Outros envolvidos na execução
Desenvolver articulações com operadores para venda do Produto Turístico	Inserção nos pacotes das operadoras turísticas	Anualmente	Comunidade / Associação dos Moradores	CMTUR/ SEMDES/ SETUR/ ABAV
Criar uma logomarca para o produto F. Abunã	Logomarca criada, mediante concurso público.	2007	Comunidade / Associação dos Moradores	MT/ CMTUR/ SEMDES/ SETUR/ ABAV

Tabela 15 – Gestão integrada das organizações de turismo

Projetos e Atividades	Resultado Esperado	Período estimado para execução	Setores Responsáveis na Execução	Outros Envolvidos na Execução
Opinar sobre a criação de um órgão municipal específico para gerenciamento do turismo	Criação da Secretaria Municipal de Turismo	2006/2007	Comunidade/ Associação dos Moradores	CMTUR/ SEMDES
Participar de Projetos para aumentar as oportunidades de trabalho	Moradores participando dos projetos de geração de emprego e renda	2006 / 2007	Comunidade/ Associação dos Moradores	MT/ MIR/ SEMDES/ SEMAC
Elaborar inventário da oferta turística e estudo da demanda turística	Inventário Elaborado e atualizado	2006 / 2007	Comunidade	MT / CMTUR / SEMDES

Tabela 16 – Infra-estrutura e serviços básicos necessários ao desenvolvimento do turismo

Projetos e atividades	Resultado esperado	Período estimado para execução	Setores responsáveis na execução	Outros envolvidos na execução
Melhorar a qualidade da água tratada	Qualidade da água melhorada	2006	Comunidade / Associação / Moradores	SEMDES/ SEMMA/ SEDAM/ CAERD
Elaborar e implementar projeto para o esgotamento sanitário	Rede de coleta de esgoto projetado	2006 / 2007	Comunidade / Associação/ Moradores	MMA/ SEMDES/ SEMMA/ SEPLAN
Elaborar e Executar Projeto para Gestão do lixo	Gerenciamento integrado do lixo	2006 / 2007	Comunidade / Associação/ Moradores	MMA/ SEMMA/ SEMDES
Construir um terminal rodoviário adequado	Novo terminal rodoviário projetado	2006 / 2007	Comunidade	Mtran/ SEMTRAN
Implantar um porto adequado para o turismo	Porto implantado	2006 / 2007	Comunidade	Marinha/ MIR/ SEMTRAN
Melhorar as vias de acesso aos atrativos turísticos	Vias de acesso restauradas pavimentadas	2006 / 2007	Comunidade	SEMTRAN
Melhorar o Sistema de Saúde Pública	Atendimento da Saúde Pública equacionado e melhorado	2006 / 2007	Comunidade	SEMSAU/ SESAU/ FSESP

Cont.

Continuação tabela 16

Criar uma Cooperativa Mista para promover e articular a produção dos moradores e comercialização de bens e serviços	Cooperativa constituída e em funcionamento	2006 / 2007	Comunidade / Associação dos Moradores	SEMDES/ SEBRAE
Implantar posto de informações turísticas	Postos de informações implantados	2006 / 2007	Comunidade	SEMDES
Projetar e implantar Posto de Telefonia para Atendimento Comunitário	Posto de Telefonia Comunitária Implantado	2006	Comunidade	Prefeitura/ Brasil/ TELECON
Projetar e implantar Ponto de Parada para coletivos, no cruzamento com a BR-364.	Ponto de Parada Implantado	2006 / 2007	Comunidade	SEMUSP/ SEMTRAN

Tabela 17 – Melhoria da paisagem local e a conservação dos atrativos

Projetos e atividades	Resultado esperado	Período estimado para execução	Setores responsáveis na execução	Outros envolvidos na execução
Tombar prédios históricos	Prédios Históricos Tombados	2006 / 2007	Comunidade / Fundação Cultural	MINC/ SEMDES
Aumentar disponibilidade de áreas verdes	Preservar e ampliar a arborização	2006 / 2007	Comunidade	MMA/ SEMMA
Cumprir legislação municipal quanto ao uso do solo (fiscalização)	Legislação cumprida quanto ao uso do solo	2006 / 2007	SEMPLA	MMA/ SEMMA
Realizar campanhas de preservação dos atrativos naturais	Atrativos Naturais preservados	Anualmente	Prefeitura Municipal	SEDAM/ IBAMA/ Faculdades/ Universidade/ Iniciativa Privada
Implantar sinalização turística	Sinalização turística implantada	2006 / 2007	Prefeitura Municipal (SEMTRAN) SEMDES	Iniciativa Privada/ MT Faculdades/ SETUR
Incentivar novos empreendimentos turísticos sustentáveis	Novos empreendimentos implantados	2006 / 2007	Prefeitura Municipal SEMDES	Iniciativa Privada/ MT Faculdades/ SETUR
Elaborar os planos de manejo para as áreas de preservação	Planos de manejo para áreas de preservação elaborados e implantados	2006 / 2007	SEMMA/ SEDAM/ IBAMA / Comunidade	SETUR/ Faculdades/ Universidade/ ONG's

**Tabela 18 – Equipamentos e serviços turísticos**

<b>Projetos e Atividades</b>	<b>Resultado Esperado</b>	<b>Período estimado para execução</b>	<b>Setores Responsáveis na Execução</b>	<b>Outros Envolvidos na Execução</b>
Incentivar a reforma e ampliação de bares, restaurantes e similares	Bares, restaurantes e similares reformados e ampliados.	2006 / 2007	Sec. Municipal de Turismo	CMTUR/ Associação Classes/ Instituições Financiadoras
Incentivar a reforma e ampliação da rede hoteleira	Hotéis reformados e ampliados	2006 / 2007	MT / SETUR / Iniciativa Privada / SINDHOTEL	Sec. Mun. Turismo/ CMTUR/ Associação de Classes
Projetar e implantar o Centro de Alimentação Comunitária	Centro de Alimentação Implantado	2006 / 2007	MT / SETUR / Iniciativa Privada / SINDHOTEL	Sec. Mun. Turismo/ CMTUR/ Associação de Classes
Projetar e implantar um Centro Comercial Comunitário (Mercado Central)	Centro Comercial Implantado	2006 / 2007	MT / SETUR / Iniciativa Privada / SINDHOTEL	Sec. Mun. Turismo/ CMTUR/ Associação de Classes

## 6 Conclusão

A partir da argumentação exposta pode-se concluir que o Distrito de Fortaleza do Abunã possui atributos capazes de propiciar a montagem de um produto turístico de excelente qualidade. Produto integrado pelos seus recursos naturais, enriquecido pela tranqüilidade do ambiente, associado à sua população simples e acolhedora.

O produto turístico analisado, todavia, padece de graves imperfeições, conforme ficou evidenciado nos Capítulos anteriores. No Perfil Sócio-econômico (Capítulo 4) registrou-se que a maior parte das moradias é de madeira (76%), rusticamente edificadas, implantadas ao longo da via de acesso principal e áreas adjacentes. São ocupadas por população de baixa renda, identificada na pesquisa. No trajeto do arruamento, que se aproxima da maior concentração ou margeia o rio vêem-se construções de melhor qualidade pertencentes a proprietários que residem no Estado do Acre. São casas de veraneio. Entre estas edificações estão as pousadas, todas elas construídas também de madeira e bases de alvenaria.

À realidade do cenário descrito soma-se a localização do vilarejo, situado a média distância de dois centros emissores: Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO). É um produto que já existe com propensão de mercado identificada, nos dois pólos citados, faltando sem dúvida, o seu aperfeiçoamento e competente Plano de *Marketing*.

### 6.1 Visão estratégica

No diagnóstico (Capítulo 5) foram identificadas as principais características do vilarejo, compreendendo: as *fortalezas*, representando as vantagens oferecidas pelo patrimônio local, que poderão ser utilizadas competitivamente; a *gravidade*, indicando as carências, que são muitas; as *ameaças*, que implicam necessidade de cuidadoso planejamento; e, as *oportunidades*, complementando as vantagens da organização e aperfeiçoamento do atual e futuros produtos.

A esta análise seguiu-se a caracterização da Oferta (patrimônio turístico) e da Demanda (Correia, 2002, p.19), empregando a metodologia do PNMT/ZOOP, complementando os elementos indispensáveis a uma formulação estratégica para o desenvolvimento sustentável.

A proposta estratégica volta-se à dinamização do desenvolvimento sustentável, mediante diversas ações detalhadas nas Diretrizes (5.9). Quanto ao turismo, especificamente, propõe-se o redirecionamento da atual tendência, em que predomina o turismo de eventos, para o turismo rural, com foco no ecoturismo (Brasil, Governo, ECOTURISMO 1994, p.19).

## **6.2 Soluções imediatas**

Entretanto ocorrem providências que podem ser adotadas imediatamente. O sistema de comunicação por telefones públicos (tipo orelhão), para exemplificar, inibe a demanda logo no primeiro momento, quando os visitantes desejam se comunicar com as Pousadas. Das dez Pousadas existentes somente duas dispõem de telefone. As demais deveriam instalar telefones próprios, para não dependerem dos orelhões.

Outro fato a considerar relaciona-se com os aspectos construtivos da rede hoteleira. As pousadas são edificadas, com base de alvenaria e paredes de madeira, que aumentam o calor. Houve um avanço anotado. As Pousadas instalaram aparelhos de ar condicionado em algumas das suas unidades habitacionais (UHs). A proporção das UHs com ar condicionado está indicada na Tabela 12.

Quanto aos preços comparou-se a diária média atual de R\$25,00 a R\$40,00, em F. A. (no período da estiagem), com um empreendimento de melhor qualidade construtiva na cidade de Ariquemes. O resultado foi desfavorável a Fortaleza do Abunã. A começar pela falta do café da manhã, que na cidade mencionada está incluído na diária. Mas acredita-se que essa situação poderá ser revertida, mediante um trabalho de sensibilização junto aos empresários. Anote-se que nos períodos dos eventos as diárias das pousadas aumentam em 30 a 40%, o que se considera normal de acordo com as leis de mercado.

Mas, apesar de todas as desvantagens apontadas, existe fluxo comprovado principalmente no período da estiagem. É uma constatação positiva, que não pode deixar de ser mencionada e registrada. Essa tendência de demanda decorre da oferta reduzida de oportunidades de lazer semelhante nos dois citados mercados, principalmente Rio Branco, AC. Ao entrevistar alguns visitantes daquela procedência constatou-se que realmente os atrativos de Fortaleza do Abunã exercem particular fascínio sobre aquela população (Pesquisa direta do autor, junho, 2006). O interesse

dos acreanos é demonstrado pelo número de casas de veraneio, por eles construídas no vilarejo. Estas alcançam cerca de 8% (oito por cento) das moradias da localidade (Pesquisa direta do autor), devendo-se acrescentar que essas casas são de melhor qualidade construtiva do que a média dos demais habitantes. Os moradores de F. do Abunã são favoráveis à presença dos acreanos. Estes contratam habitantes locais para fazerem a guarda e manutenção dos seus imóveis.

### **6.3 Balanço necessário**

A presente análise focaliza os principais atores envolvidos no processo de avaliação dos dados até aqui estudados: a comunidade, o meio ambiente, o turismo, a cultura, os interesses da iniciativa privada e os investimentos públicos.

Há que se estabelecer uma avaliação econômica, social e ambiental do cenário descrito e verificar quem ganha e quem perde, em F.A.

#### **6.3.1 Beneficiários**

- a) Os empresários da zona rural são os primeiros a levar a maior parte dos resultados econômicos;
- b) a empresa de mineração segue o mesmo caminho;
- c) os hoteleiros e restauranteiros têm a sua parte assegurada nos eventos, destacando-se o Festival de Praia;

#### **6.3.2 O setor público: investidor compulsório**

- a) a Prefeitura se obriga a um investimento forçado, na tentativa de evitar um mau maior, transferindo para o local diversos serviços: profissionais de saúde, educação, garis, banheiros químicos, transporte, hospedagem e alimentação de servidores entre outros detalhes desse nível de apoio. Todos destinados ao atendimento temporário do grande contingente de visitantes. Qual a compensação?
- b) O Estado também comparece oferecendo segurança, água, energia e outros complementos; a pergunta é a mesma;

### 6.3.3 Os ganhadores e perdedores

- a) A comunidade recebe a alegria da animação em momentos efêmeros, havendo como pagamento o desconforto da poluição ambiental e sonora, o trânsito desordenado e um saldo insignificante a seu favor;
- b) a cultura e o meio ambiente são os grandes perdedores, pela degradação incontida decorrente do exagerado uso dos recursos naturais. O saldo é visivelmente negativo.

Ao se fazer o balanço proposto pode-se concluir sem dificuldade que o resultado é economicamente negativo, pelo pouco que resta à comunidade, socialmente injusto, politicamente perverso. O som tonitruante da alegria artificial acaba por iludir a população, que não consegue perceber a realidade de um futuro duvidoso.

### 6.4 A encruzilhada

Com esta análise chega-se à encruzilhada do problema inicialmente proposto para o qual a solução depende da população, que deve escolher entre as alternativas a seguir expostas:

- a) Quais as conseqüências para a cultura da comunidade e ao ecossistema, resultantes da atividade turística desordenada, como vem acontecendo, no Distrito de Fortaleza do Abunã?
- b) o planejamento sócio-econômico, participativo e sustentável, se adotado, permitirá o crescimento ordenado da comunidade, a sua sobrevivência tranqüila e socialmente proveitosa?

Diante dos relatos apresentados a resposta é óbvia, singela:

Na primeira alternativa, mantidas as condições atuais, de acordo com experiências conhecidas em situações semelhantes, o produto turístico se desgastará, chegando a um estágio em que os remendos serão inúteis e, então, tarde demais para obter a recuperação da imagem. A médio prazo o produto estará fora do mercado e o meio ambiente degradado.

A propósito, em recente visita ao vilarejo (14/11/06) o mestrando manteve contato com alguns empresários locais. Na oportunidade foi informado de que o

número de visitantes caiu para menos de 4500 (quatro mil e quinhentos), segundo estimativas feitas durante o Festival de Praia, pelos empresários locais.

A resposta à segunda opção é afirmativa. O planejamento estratégico, participativo e sustentável oferecerá a solução aos problemas atuais da comunidade e a médio prazo pode-se antever um cenário promissor.

## **6.5 Como fazer acontecer**

Nas Diretrizes propostas na Oficina - Educação Ambiental e Iniciação ao Turismo Sustentável 2006 (09/06/2006), consta a sugestão de criação de uma Cooperativa, cuja finalidade será a dinamização das oportunidades de trabalho e a comercialização conjunta da produção dos moradores. Acredita-se que a idéia da Cooperativa é um primeiro passo que surgiu por inspiração dos participantes da Oficina, cabendo às lideranças sociais oferecerem apoio à sua execução. Deve-se, todavia, recomendar o maior cuidado para manter essa iniciativa longe das disputas político-partidárias, para que possa prosperar em atendimento aos interesses da comunidade.

Anotou-se, ainda, do Relatório da citada Oficina, a indicação da constituição de uma instância executiva comunitária, recomendada pela metodologia PNMT/ZOOP: criação de um Conselho Distrital de Desenvolvimento. É válido salientar que esse Conselho não se limita à atividade turística, mas a todos os assuntos relacionados com o desenvolvimento integrado, sustentável e participativo da população. Devido a exigüidade de tempo e recursos foi impossível adiantar essa articulação, mas a semente foi lançada no Relatório aprovado na 2ª fase da Oficina de sensibilização e mobilização (4 a 5 de outubro de 2006).

É uma proposta que não pode ser imposta, mas adotada por decisão da comunidade. Em futuros eventos a idéia pode tomar corpo e acontecer. Com esse nível de organização a comunidade se habilita a conduzir em plenitude os seus próprios destinos.

Desse encaminhamento esperam-se resultados favoráveis à população e ao meio ambiente. E admite-se a expectativa de sensibilização das autoridades e lideranças políticas a que atendam as justas demandas que partirão da comunidade.

Registra-se, ainda, a expectativa de implantação de um arcabouço de indicadores para avaliação periódica do crescimento sustentado do Distrito. (IDH,

balneabilidade entre outros). Esta providência requer novos estudos e articulações da comunidade com os setores de planejamento municipal. Mas é fundamental para que em futuro próximo seja possível avaliar os resultados dos prognósticos aqui formulados.

O argumento definitivo ficou para o final. O espaço geográfico do vilarejo é pequeno e a população reduzida. Esses dois aspectos facilitam a implantação de um modelo de desenvolvimento, que terá naquela comunidade um paradigma para efeito de demonstração e projeção a outras tantas comunidades.

E como última afirmação faz-se necessário enfatizar que o presente estudo não pode resolver ou equacionar todos os problemas do Distrito, mas tem o mérito de oferecer sugestões a um processo, que se espera irreversível, para estabelecer condições ao desenvolvimento sustentável no Distrito de Fortaleza do Abunã.

Porto Velho, (RO), 14 de novembro, 2006

José de Anchieta Santos Correia

[anchieta@unir.br](mailto:anchieta@unir.br)

# Referências Bibliográficas

## OBRAS CITADAS

ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens. **O que os parlamentares e as autoridades brasileiras devem saber sobre turismo**. 6 ed. São Paulo, SP: ABAV, 2003.

ABRESI, SEBRAE, EMBRATUR, CNC. **A Indústria do Turismo no Brasil** — Perfil e Tendências. Associação Brasileira das Entidades de Hospedagem Alimentação e Turismo et al. São Paulo: ABEHAT, 1996.

BAHIA.. The Pró - Northeast Initiative. **Relatório Técnico**. BAHIATURSA, 1999.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável do Nordeste do Brasil**. Recife, Julho, 1993.

BRASIL. EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo. **Metodologia do Inventário da Oferta Turística**. Rio de Janeiro, novembro, 1983.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional MDR. **Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste — PRODETUR/NE**. SUDENE/ CTI-NE/ BNB - Recife, 1993.

\_\_\_\_\_. MICT/MICT. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo**. Grupo de Trabalho EMBRATUR/IBAMA, Brasília, 1994 (48 p)

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo**. Brasília, DF 29 de Março, 2003

\_\_\_\_\_. EMBRATUR/SENAC/SETUR./PNMT. **Relatório da Oficina de Terceira Fase (Planejamento) do PNMT**. SENAC/SETUR/SEMCE, Porto Velho, novembro, 2003;

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO – MET./ EMBRATUR. **Retratos de uma Caminhada: PNMT, 8 anos**. Brasília, abril, 2002. (140 p.)

\_\_\_\_\_. EMBRATUR. **Clubes da Melhor Idade** – Manual Operacional. Brasília, DF 1992.

CORREIA, José de Anchieta S. **Imersão no turismo**. Porto Velho: SEBRAE, novembro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Municipalização do Turismo** - Realidade e Perspectivas (artigo). Boletim Estudos Turísticos ([www.etur.com.br](http://www.etur.com.br)), 5 de junho, 2003.

\_\_\_\_\_. **PORTO VELHO, Cidade Turística** – Subsídios ao Desenvolvimento do Turismo. Monografia. Faculdade São Lucas. Porto Velho, Dezembro, 2003;

\_\_\_\_\_. **Turismo no Piauí, Viabilidade e Perspectivas.** Conferência. PIEMTUR/CEITUR - Novembro, 1974;

\_\_\_\_\_. **Educação Ambiental e Desenvolvimento do Turismo Sustentável.** Apostila. Porto Velho, 2006;

\_\_\_\_\_. **Relatório final da oficina – educação ambiental e iniciação ao turismo sustentável.** Porto Velho: UNIR/PGDRA/MDRME, 2006.

COSTA LIMA, Maria Ferreira da. **Arquipélago de Fernando de Noronha:** uma avaliação dos conflitos Ante a Demanda Turística e os Objetivos de Conservação da Natureza. (Artigos em Turismo e Ambiente – Reflexões e Propostas). São Paulo: Hucitec, 1997.

FUSTER, Luis Fernandes. **Introducción a la teoria y técnica del turismo.** Madrid: Alianza, 1985.

GOVERNO do Estado de Rondônia. **PROECOTUR-RO** – Proposta de Pré-investimento. Porto Velho: SEDAM/SEPLAN/FUNCETUR, 1998.

GOVERNO do Estado de Rondônia. **Oportunidades de Investimentos na Amazônia.** Departamento de Turismo - DETUR, novembro, 1990.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GTZ – Deutsch Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit. ZOPP (tradução) – **Introdução ao Método Zopp.** Apostila. 1997.

KRIPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo** – Para uma nova compreensão do Lazer e das Viagens. 2. ed. São Paulo: ALEPH, 2001.

\_\_\_\_\_. **Rio: 10 Anos depois.** Cartão vermelho para o turismo? Coletânea: Um outro Turismo é Possível. São Paulo: CONTEXTO, 2004.

KONDER, Leandro. **Os Economistas – Salário, Preço Lucro.** São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MIDAGLIA, Carmem Lúcia Vergueiro. **Turismo e Meio Ambiente no Litoral Paulista:** Dinâmica da Balneabilidade nas Praias. Em conjunto com Lemos, Amália G. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MOESCH. Marutscka e Gastal, Suzana (orgs.). **Um Outro Turismo é Possível.** São Paulo: CONTEXTO, 2004.

OMT/EMBRATUR. **Desenvolvimento do Turismo Sustentável:** Manual para Organizadores Locais. Brasília: EMBRATUR, 1998.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do Turismo.** Campinas, São Paulo: PAPIRUS, 1995.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 2. ed. Campinas, São Paulo: PAPIRUS, 1997 (Coleção Turismo).

RABAHY, Wilson Abrahão. **Planejamento do Turismo**. São Paulo: Loyola.

REGUEIRA, José Carlos da Silva, ARAÚJO, Waldija Correia. **Geografia Turística do Nordeste**. Recife: MINTER/SUDENE, 1987.

REJOWSKY, MIRIAN. **Turismo e Pesquisa Científica**. Campinas, SP: Papirus 1996.

RODRIGUES, Ava Carla Dias. **Projeto Bio – Instrumentos Musicais**. Fórum Cultural Mundial Brasil. São Paulo, 2004.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável – A proteção do Meio Ambiente**. Papirus. São Paulo, 1997;

SEBRAE - AL/BA/PE/SE / CHESF / CNPQ. **Região dos Lagos do rio São Francisco**. SEBRAE / Recife, PE , 1998.

SEMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Avaliação do Impacto Ambiental – AIA** (Fortaleza do Abunã). Porto Velho, 2005.

SILVA, Jorge Antônio Santos. Turismo em Salvador - 1992: **Uma avaliação comparativa de desempenho**. Turismo em Análise. São Paulo: ECA/USP, maio, 1993.

SILVA, Cláudia e GRUDZIN, Felícia. **Relatório de visita técnica a Fortaleza do Abunã**. Faculdade São Lucas. Porto Velho: FSL, 2002.

UNIVERSIDADE Anhembi Morumbi. **FÓRUM: Turismo Brasileiro — Rotas para o Desenvolvimento**. São Paulo, 2002.

WTTC. World Tourism Travel Council. **Brasil Viagens e Turismo**. Brussels. Brasília, 2003.

## **OBRAS CONSULTADAS**

ANDRADE, Margarida Maria de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação – Noções Práticas**. São Paulo: Atlas, 1997.

ACERENZA, Miguel Angel. **Promoção Turística. Um enfoque metodológico**. São Paulo: Biblioteca de Administração e Negócios, 1991;

ARRILLAGA, José Ignacio de. **Introdução ao Estudo do Turismo**. Faculdades Integradas Estácio de Sá. Rio de Janeiro: Rio, 1976.

BALLARIN, Oswaldo Miguel Frederico. **Viajando Refletindo, Comunicando**. São Paulo: Nobel, 1981.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e PRODETUR – Dimensão e Olhares em Parceria**. Universidade Federal do Ceará/Banco do Nordeste do Brasil - BNB. Fortaleza, CE: UFC/BNB, 1998.

BONALD, Olimpio. **Introdução ao Estudo do Turismo**. MINTER – SUDENE. Recife, PE: SUDENE, 1975.

BOULLON, Roberto C. **Las Actividades Turísticas y Recreacionales – El hombre como protagonista**. Ed. RAF S. A. México, DF, 1986;

COLLIER, Terry. **Business Planning in the Leisure Industry**. London: Pitman Publishing, 1995.

COOPER, Chris et al. **Tourism Principles & Practice**. London: Pitman Publishing, 1993.

DUMAZEDIR, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o trabalho científico**. 13. ed. Manaus, Amazonas: Art Ler Ltda, 2006.

FURTADO, Celso **Teoria Y Política del Desarrollo Económico**. México, 1970.

\_\_\_\_\_. **O Mito do Desenvolvimento Económico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **O Capitalismo Global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

JEANERET, Charles Edouard (Le Corbousier). **Planejamento Urbano**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LEMOS, Amália Inês G. de (organizadora). **Turismos impactos Sócio Ambientais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

PESSOA, Simone. **Dissertação não é Bicho Papão – Desmistificando monografias, teses e escritos acadêmicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

SEABRA, Giovanni. **Ecos do Turismo – O Turismo Ecológico em Áreas Protegidas**. São Paulo: Papirus, 2004.

PINTO, Antônio Carlos Brasil. **Turismo e Meio Ambiente - Aspectos Jurídicos**. 6<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Papirus, 2004.

WELSH, David. **Managing Public Use of Parks, Open Spaces and Countryside**. London: Pitman Publishing, 1995.

**PROVEDORES DE INFORMAÇÃO ELETRÔNICA**

[www.unir.com.br](http://www.unir.com.br) Universidade Federal de Rondônia

[www.etur.com.br](http://www.etur.com.br) Boletim de Estudos Turísticos

[www.fatma.sc.gov.br/](http://www.fatma.sc.gov.br/) Estado de Santa Catarina

[www.semace.ce.gov.br](http://www.semace.ce.gov.br) Estado do Ceará

[www.labol.com.br](http://www.labol.com.br) Laboratório de Microbiologia de Alimentos

[www.novica.com](http://www.novica.com) Importadora de Produtos da Floresta. (EUA)

## ANEXOS

## ANEXO – I

### CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

PROCEDIMENTOS	EXECUÇÃO					
	2004 Ago/Set/ Out/Nov/ Dez	2005 Jan a Jun	2005 Jul Dez	2006 Jan/Fev/ Mar	2006 Abr/Mai/ Jun	2006 Jul/Ago/ Set/Out./ Nov
(A partir de Agosto, 2004)						
Revisão do Projeto e da Bibliografia						
Disciplinas: Obrigatórias e Opcionais						
Visita Técnica à Comunidade						
Oficina sensibilização da comunidade						
Pesquisa Social e Econômica						
Tabulação de Dados e Revisão						
Apresentação para Compatibilização						
Qualificação						
Reajustes do Texto para Defesa						
Defesa						

## ANEXO - II

### Pesquisa Social e Econômica – Formulário Aplicado

#### I – Aspectos Demográficos

##### Faixa Etária, Condições de trabalho.

Crianças (até 12)

Adolescentes;

Adultos

De 18 a 35 anos

De 36 a 45 anos

De 46 a 59 anos

Alfabetizados.....

Desempregados.....

Outros, .....

50 anos acima

Trabalhando.....

Aposentado.....

#### Resultados esperados

Identificação do percentual de crianças, e adolescentes;

Identificação da População Economicamente Ativa  
PEA

Pertencente à PEA e Idosos

#### II – Indicadores sociais e econômicos

1. Há quanto tempo reside no povoado? .....
2. Qual a sua atividade principal?
3. Casa Própria ? ...Sim  Não
4. Alugada? .....
5. Valor aproximado do aluguel:
  - Até R\$ 100,00
  - DE 101 a 499,00
  - De 500 a 1.000,00
  - Acima de R\$ 1.000,00

#### 6. Renda Composição da renda familiar

Até R\$100,00....

De 100 a R\$300,00 ...

De 301 a 600,00 ...

De 601 a 1.000,00 ..

De 1.001 a 2.000,00 ..

De 2.001 acima .....

Situação econômica

7. Arquitetura da moradia Classe econômica (A, B, C, D, E)

- Taipa ; Alvenaria ; rústica ; Possui mais de uma casa?  
 Madeira  Sofisticada   
 Cobertura de telha cerâmica   
 Cobertura com telha amianto   
 Cobertura com zinco ou alumínio   
 Cobertura de palha   
 Quantos cômodos \_\_\_\_ (\_\_\_\_)  
 Condições de higiene (privada)

## 8. Qual o seu estado civil?

- a) Casado (a) (com papel)? Sim  Não   
 b) Solteiro (a)  c) viúvo (a)  d) separado (a)  e) outras situações

**Visão do Presente**

## 09 Qual a sua opinião sobre a situação atual do povoado para a sua vida?

Resposta:.....

## 10. Qualquer que seja a resposta, pretende mudar-se deste lugar?.....

## 11. Pretende mudar-se, por quê? .....

## 12. Tem idéia para onde pretende se transferir? .....

**Visão de Futuro**

## 13. Qual a sua opinião sobre o futuro deste povoado?

## 14. Qual a sua opinião sobre o Festival de Praia:

a) Que benefícios pessoais oferece? .....

b) Que prejuízo causa ao povoado? .....

c) Outras opiniões.sobre o Festival .....

## 15. Qual a sua opinião sobre a construção das hidrelétricas para sua vida?

**Regularização das propriedades** (situação fundiária)

## 16. Em que Cartório são feitos os Registros de Imóveis

## 17. Possui registro do seu(s) imóvel (eis) (casa ou terreno)?

18. Possui veículo? Que tipo ?.....  Novo ..... .Usado ?

19 Possui propriedade(s) rural (ais) ou sítio (s) ?.....Valor total aprox. R\$

**No município.** Tem idéia de quantas propriedades existem?

20 Quantas propriedades com mais de 30 Ha existem

21 Quantas propriedades com mais de 100 Ha ?

22 Quantas propriedades com mais de 1.000 Ha.

## 23 INFORMAÇÕES ECONÔMICAS COMPLEMENTARES:

Relacionar produtos livres da floresta, obtidos por coleta (ex. castanha, pupunha, palmito etc)

Pesca artesanal.

Opções de produção alternativa. (Ex. criação de peixe em tanques rede; arquidário, etc)

Porto Velho (RO), 6 de junho, 2006

## ANEXO – III

### Avaliação da Oficina

Os participantes argüidos sobre suas impressões sobre a Oficina, redigiram e leram as suas respectivas manifestações. Tem-se abaixo a transcrição dos textos de cada um deles.

Os cartões utilizados na visualização foram mantidos no anonimato, para demonstrar plena liberdade de expressão:

1. Eu gostei muito aprendi bastante, mas acredito que foi muito pouco tempo; obrigado por esse aprendizado.
2. Este curso está trazendo muito beneficio para nós moradores do Distrito de Fortaleza do Abunã;
3. A Oficina foi boa. Aprendemos mais sobre o turismo e o meio ambiente e idéias novas para o nosso turismo;
4. Gostaríamos de conhecer muito mais, para aperfeiçoamento. Afinal trabalhamos com isso;
5. Pra mim foi ótimo. As Oficinas nos ofereceram novas idéias de saber como aproveitar nossas riquezas locais e enriquecer o nosso turismo;
6. Ok. Pra mim foi muito importante, aprendi muito, coisas boas e idéias novas, a aproveitar cada vez mais esses momentos;
7. O curso foi bom para o crescimento do Distrito e traz muitos beneficios para nós;
8. Importante para o nosso conhecimento. Despertou várias idéias em relação ao turismo e ao Meio ambiente;
9. O curso é uma forma de desenvolvimento para o Distrito de Fortaleza do Abunã e nós moradores;
10. O curso está sendo muito importante para o desenvolvimento de Fortaleza do Abunã, principalmente para os moradores;
11. Achei muito bom ter vindo esta Oficina porque só assim eu pude conhecer melhor as nossas maravilhas, que temos aqui, como as nossas cachoeiras as nossas florestas os nossos lagos. E também espero um grande objetivo para que quando chegarmos em qualquer lugar possamos auxiliar as nossas riquezas. Espero também mais oportunidades...
12. A Oficina teve o mérito de despertar a comunidade para o entendimento técnico da atividade turística, como também provocar iniciativas no sentido de dinamizar o turismo do local.

Fortaleza do Abunã, 09 a 11/06/2006.  
José de Anchieta S. Correia (Facilitador do PNMT)  
anchieta@unir.br

**ANEXO – IV**

Análise da Água em Fortaleza do Abunã

jasc/.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)